



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ATA N.º 05/XI-1º/2013-14

1 - Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e treze, pelas 21H15, no Edifício Sede do Poder Local da Freguesia do Feijó, sito na rua da Alembração, no Feijó, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Eleição do Presidente da Junta de Freguesia, Efetivo e Suplente, na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Lei 14/2004, de 8 de maio, artº 5º, nº 1, al. b)).

3.2 - Eleição do Presidente da Junta de Freguesia, Efetivo e Suplente, no Conselho Municipal de Educação (DL 7/2003, de 15 de janeiro e Lei 41/2003, de 22 de agosto, artigo 5º, nº 1, al. d)).

3.3 - Eleição de Representante da Assembleia Municipal (efetivo e suplente) na Comissão de Acompanhamento das Intervenções na Costa da Caparica (despacho do SEOTC nº 11.191/2007, DR 2ª Série, nº 110, de 8 de junho).

3.4 - Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do Programa Polis na Costa da Caparica (Protocolo de Acordo entre MAOT/CMA, Cap. V, Cláusula 9º).

3.5 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.6 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3.6.1 - “Opções do Plano e Orçamento do Município para 2014 e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal”;

3.6.2 - “Opções do Plano e Orçamento para 2014 e Mapa de Pessoal dos SMAS”.

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos para 2014”.

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal de “Excecionalmente não aplicar em janeiro de 2014 da atualização prevista no artigo 2º do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços”.

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato Programa a Celebrar entre o Município e a ECALMA”.

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; João Ricardo Lourenço Quintino; Rita Magda Pinheiro Pereira; Pedro Miguel de Amorim Matias; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ralo Barata Correia; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência no dia 19 de dezembro de 2013, (Ent. nº 462/XI-1º), (**Conforme Anexo I**).

- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência no dia 19 de dezembro de 2013, (Ent. nº 367/XI-1º), (**Conforme Anexo II**).

- O Sr. Deputado Municipal José Gabriel Guiomar Joaquim, com ausência no dia 19 de dezembro de 2013, (Ent. nº 463/XI-1º), (**Conforme Anexo III**).

- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 19 de dezembro de 2013, (Ent. nº 483/XI-1º), (**Conforme Anexo IV**).

- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 19 de dezembro de 2013, (Ent. nº 484/XI-1º), (**Conforme Anexo V**).

- O Sr. Deputado Municipal João Rafael Faustino de Almeida, com ausência no dia 19 de dezembro de 2013, (Ent. nº 378/XI-1º), (**Conforme Anexo VI**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de dezembro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VII**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de dezembro, da eleita Sr.^a Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII**).
 - A Candidata Senhora Filipa Raquel da Silva Barroso, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de dezembro, do eleito Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX**).
 - O Candidato Senhor Paulo Filipe Pereira Viegas, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de dezembro, da eleita Sr.^a Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X**).
 - O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de dezembro, da eleita Sr.^a Ana Marques Serra e Moura Salvado e por impedimento da cidadã Sr.^a Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XI e XII**).
 - A Candidata Senhora Ana Catarina Ribas Lopes, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de dezembro, do eleito Sr. João Rafael Faustino de Almeida, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIII**).
- 4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas das Freguesias de Caparica e Trafaria e Charneca de Caparica e Sobreda, em que para os efeitos da alínea c), do n.º 1, do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento do Presidente do respectivo Órgão Autárquico, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas das Freguesias, Senhor José Alberto Santos Cabete e Senhora Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca, respetivamente, (**Conforme Anexos XIV e XV**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Luís Filipe Pereira, residente na Cova da Piedade.

5.1.1 - O Exm.^o Senhor Luís Filipe Pereira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ontem assisti à presença da Polícia de choque na porta de entrada da Escola Emídio Navarro.

E também assisti à movimentação das forças policiais dentro da Escola ao passarem da frente da Escola para as traseiras.

Tão cedo não esquecerei estas imagens fortes que ficaram na minha retina.

Quando olhei e vi aquele quadro, senti-me profundamente incomodado, afinal a Escola Emídio Navarro faz parte integrante da minha vida e da vida de tantas e tantos Almadenses no sentido lato da palavra.

Na Escola Emídio Navarro em Almada desde 1955 que nunca se verificou situação idêntica.

Quando em 2005 foi publicado o livro Entre a Sociedade e os Alunos, Análise Etno-Histórica da Escola Industrial e Comercial de Emídio Navarro, em Almada (1955-1974) da autoria do professor António Luís Pinto da Costa reviveu-se todo um sentimento de respeito de toda uma população que vê nesta Escola um exemplo de sã convivência, e de onde saíram tantos alunos tão bem preparados para a vida e para continuar os seus estudos de forma exemplar e isso ficou sempre a dever-se numa boa parte aos Professores da Emídio Navarro, sem esquecer todo o restante pessoal indispensável ao bom funcionamento de uma Escola.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Cito uma pequena passagem “A Escola não é uma ilha perdida num oceano, mas um elemento de um conjunto mais extenso, uma organização da sociedade que a rodeia e perpassa, uma célula do tecido que a abrange”.

Os acontecimentos de ontem que na opinião da Direção da Escola foram acionados para se defenderem de perigosos professores, não foi algo que aconteceu de forma isolada entre a Direção da Escola e os Professores, foi uma ofensa a toda uma população que merece respeito. De facto é de respeito ou antes da falta dele que estamos a falar e em primeiro lugar são desrespeitados os nossos Professores. Seria impensável num país de Abril que tamanha ofensa tivesse lugar, mas aconteceu e é preciso apurar as razões que levaram a tal afinal onde está o recurso ao diálogo?

E afinal tudo isto porque o Sr. Ministro Nuno Crato tem dúvidas sobre a preparação dos atuais docentes formados pelas Escolas Superiores de Educação.

Os nossos professores têm que ser acarinhados e não humilhados como o atual Ministro da Educação e o Governo decidiram fazer.

Criem uma prova para 1º Ministro e uma prova para os restantes Ministros para testar as suas reais aptidões e se não quiserem fazer a prova. Chamem a Polícia.”

5.2 - Usou da palavra o Múncipe Exm.º Senhor Lídio Galinho, residente na Costa da Caparica.

5.2.1 - O Exm.º Senhor Lídio Galinho:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu ontem não conclui, gostava de saber se já há algum parecer em relação aos alvéolos na Costa da Caparica, os armazéns de pesca, porque aquilo está um bocado ao abandono. Á CostaPolis pedimos uma reunião e diz que já não manda lá em nada, que talvez a Câmara fosse tomar alguma decisão acerca dos alvéolos. Porque aquilo está ao abandono, as casas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de banho são usadas por qualquer pessoa, nós não temos maneira de conseguir controlar aquilo. Era só isso que era para concluir a intervenção de ontem.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vereador José Gonçalves a solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sobre a primeira intervenção só informar a Assembleia que tal como ontem foi dito, foram enviadas cartas ao Sr. Ministro da Administração Interna e da Educação, pedindo esclarecimentos sobre os acontecimentos e naturalmente também referindo aquilo que aqui se passou ontem.”

5.3.2 - O Sr. Vereador José Gonçalves:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Os alvéolos dos Pescadores na Costa da Caparica foram construídos pela CostaPolis, tendo como intenção entrega-los posteriormente aos Pescadores, para serem geridos pelos Pescadores. Esse modelo parece-me adequado, no sentido de que naturalmente serão os Pescadores quem melhor pode rentabilizar aquele espaço, retirar dele as necessidades para o seu trabalho, no entanto há já algum tempo não foi possível concluir esse processo. Dado que o património é ainda da CostaPolis, foi iniciado um processo tripartido entre a CostaPolis a Câmara e uma estrutura que devia ser criada pelos Pescadores para então entre as três entidades poder ser estabelecido um modelo de organização. Como saberá foi feita uma Assembleia, uma tentativa de Assembleia Geral com a presença de técnicos da CostaPolis no sentido de contribuir para que os Pescadores se instituíssem numa organização, não correi bem e ouviu-se um certo vazio. Portanto, o que há agora é a necessidade da CostaPolis



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

encontrar um outro caminho e um caminho que permita uma gestão direta efetiva daquele espaço.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 - Foram aprovadas por unanimidade as Atas Nº^{os} 02/XI-1º/2013-14 e 03/XI-1º/2013-14 e ratificadas as respetivas Minutas das Atas.

6.2 - Entrou-se nos pontos 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 da agenda com a:

6.2.1 - Eleição do Presidente da Junta de Freguesia, Efetivo e Suplente, na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Lei 14/2004, de 8 de maio, artº 5º, nº 1, al. b)).

6.2.2 - Eleição do Presidente da Junta de Freguesia, Efetivo e Suplente, no Conselho Municipal de Educação (DL 7/2003, de 15 de janeiro e Lei 41/2003, de 22 de agosto, artigo 5º, nº 1, al. d)).

6.2.3 - Eleição de Representante da Assembleia Municipal (efetivo e suplente) na Comissão de Acompanhamento das Intervenções na Costa da Caparica (despacho do SEOTC nº 11.191/2007, DR 2ª Série, nº 110, de 8 de junho).

6.2.4 - Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do Programa Polis na Costa da Caparica (Protocolo de Acordo entre MAOT/CMA, Cap. V, Cláusula 9º).

6.2.5 - Foi declarado aberto o período de apresentação de candidaturas.

6.2.5.1 - Deram entrada na Mesa quatro propostas de candidatura referentes às respetivas eleições e designadas todas elas por Lista A, assim como as declarações de aceitação de candidatura de cada um dos candidatos (**Conforme Anexos XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX e XXXI**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.2.5.2 - Não havendo mais propostas nem pedidos de palavra procedeu-se à distribuição dos boletins de voto e realizou-se a chamada, tendo os Srs. Deputados presentes exercido o seu direito de voto.

6.2.5.3 - Findas as votações as Sr.ªs Deputadas Secretárias da Mesa procederam ao escrutínio.

6.2.5.4 - O Presidente anunciou o resultado das votações em que registaram:

6.2.5.4.1 - Para a Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios - trinta e oito votantes: vinte e seis votos sim, dois votos não e dez abstenções.

6.2.5.4.2 - Para o Conselho Municipal de Educação - trinta e oito votantes: vinte e seis votos sim, dois votos contra e dez abstenções.

6.2.5.4.3 - Para a Comissão de Acompanhamento das Intervenções na Costa da Caparica - trinta e oito votantes: trinta e dois votos sim, quatro votos não e duas abstenções.

6.2.5.4.4 - Para a Comissão de Acompanhamento do Programa Polis na Costa da Caparica - trinta e oito votantes: trinta e seis votos sim e duas abstenções.

6.2.6 - Nestes termos o Presidente proclamou eleitos como:

6.2.6.1 - Representantes na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios:

Efetivo o Presidente da Junta das Freguesias de Caparica e Trafaria, Sr.ª Teresa Paula de Sousa Coelho e Suplente o Presidente da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr. Ricardo Jorge Cordeiro Louçã

6.2.6.2 - Representantes no Conselho Municipal de Educação:

Efetivo o Presidente da Junta das Freguesias de Charneca Caparica e Sobreira Sr.ª Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho e Suplente o Presidente da Junta das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, Sr. Luís Filipe Almeida Palma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.2.6.3 - Representantes na Comissão de Acompanhamento das Intervenções na Costa da Caparica

Efetivo a Deputada Municipal, Sr.^a Luísa Maria Gama Varela e Suplente o Deputado Municipal, Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino

6.2.6.4 - Representantes na Comissão de Acompanhamento do Programa Polis na Costa da Caparica, os seguintes eleitos:

- O Sr. Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino;
- O Sr. Deputado Municipal Sérgio Cantante Faria de Bastos;
- O Sr. Deputado Municipal Paulo Alexandre Ribeiro Sabino;
- O Sr. Deputado Municipal Carlos Fernando Gonçalves Guedes;
- O Sr. Deputado Municipal António Pedro Rodrigues do Livramento Maco;
- A Sr.^a Deputada Municipal Alexandra Branco Ralo Barata Correia.

6.3 - Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XXXII**).

6.3.1 - Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara declarando que o documento foi entregue estando ao dispor das questões que lhe queiram colocar.

6.3.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Pedro Oliveira, Nuno Matias, Sérgio Bastos, António Pedro Maco, José Joaquim Leitão, o Sr. Vereador José Gonçalves e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.3.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda tem acompanhado positivamente a intervenção que tem sido feita em diversas situações referidas na atividade autárquica durante os meses de agosto, setembro e outubro e que influenciam o dia a dia da vida dos munícipes. Pretendemos assim neste ponto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

da agenda referir alguns temas que se nos afiguram pertinentes sem esgotar como é óbvio todas as preocupações e reivindicações dos moradores, dos munícipes e de quem necessita de vir e estar em Almada. Nós ontem tivemos entre outras a participação de dois munícipes, o Sr. Luís Filipe Santos e o Sr. Pedro Lucas, os quais apresentaram alguns assuntos que acompanhámos também com toda a atenção. Quer na Charneca de Caparica, quer na Cova da Piedade. E passaria a referir alguns aspetos que também estão referidos na atividade autárquica.

A repavimentação da rede viária municipal. O Plano Plurianual deve ter concretização em todas as Freguesias tal como tem vindo a acontecer em algumas vias do Concelho. Sobre a conservação, repintura e criação de sinalização horizontal, pensamos que necessita de intervenção adequada, pois em muitos locais esta sinalização está apagada ou não existe exatamente em locais com grande circulação de peões e veículos como na proximidade de escolas, centros de saúde, instituições de solidariedade social e outras. Quanto à sinalização semafórica, nós pensamos que há um problema que terá que ser atendido e refletir sobre ele. O que acontece na sinalização semafórica é que não há qualquer sinalização sonora, e é indispensável para quem tem dificuldades visuais e necessita atravessar as vias de circulação automóvel. É um problema que é colocado pelos invisuais, aqueles com quem nós nos confrontamos, falamos, confrontamos do ponto de vista da conversa, com quem dialogamos, e é um problema que achamos que deve ser considerado. Aliás, já existiu em Almada, em alguns locais, já houve esta sinalização sonora.

Em relação aos espaços de recreio infantil com equipamentos lúdicos, nós consideramos que tendo em atenção mesmo as recentes alterações no que se refere aos equipamentos, eles são insuficientes, e na nossa opinião podem até ser localizados em variadas praças do Concelho, próximo até de equipamentos destinados aos menos novos. Ou seja, a interligação



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

entre as crianças, entre os jovens, entre os adolescentes e aqueles que são menos novos pode ser extremamente pedagógico e importante se pensarmos também que devemos ir nesse sentido.

Aqui foi referido também a iluminação pública e que é evidente estamos numa fase diferente da que tivemos no ano transato, mas ela verifica-se como insuficiente e mesmo inexistente em alguns locais.

Sobre o Plano Municipal de Sinalética a concretização de um programa indispensável à informação de munícipes e outros cidadãos e cidadãs que se desloquem no espaço territorial da Autarquia. Vemos dificuldade, quem circula muitas vezes, mesmo conhecendo e estando neste Concelho há mais de sessenta anos, ainda, de conhecer bem a localização e a informação sobre os locais do Concelho.

Relativamente às barreiras arquitectónicas, que é um problema que também se coloca. Continuam a existir obstáculos, impedimentos em locais obrigatórios de passagens de peões. Quem se desloca com deficiente mobilidade ou está limitado e obrigado a usar cadeiras de rodas confronta-se no dia a dia com situações que merecem soluções técnicas adequadas e indispensáveis que permitam a normal mobilidade de todos os cidadãos e cidadãs.

Sobre a toponímia, ela encontra-se degradada, deteriorada e também em alguns locais inexistentes. Há ruas que não estão devidamente identificadas. Portanto, o Plano de Intervenção Concelhio que é referido na atividade autárquica deverá atender à indispensável intervenção, atendendo ao facto de haver lápides e pedestais destruídos.

Obras coercivas, demolições. A pergunta que fazemos é se além da que está concluída na av.^a da Fundação e ainda bem, se existem programadas outras intervenções no mesmo sentido.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Recolha de óleos domésticos. O Bloco de Esquerda, tem referido ao longo de vários anos, não só uma indispensável campanha de sensibilização que passa, que pode passar também pela autarquia relativamente a este assunto, como também a concretização. Desejamos saber quais são as perspetivas futuras.

Romeira/Caramujo foi aqui ontem colocado. Pensamos que a autarquia não pode deixar de ter um plano concreto relativamente à intervenção nesta zona do Concelho, que merece também a atenção. Pois queria referir aqui um aspeto que eu referi na qualidade de cidadão na Assembleia Municipal no dia um de julho, já decorreram quase seis meses e é um assunto que já tinha sido tratado antes. Existe um relógio na av.ª 23 de julho, é um equipamento urbano que deixou de funcionar há muito tempo. Está nas 10H40, Almada tem e quer ter horas certas. Portanto aquele relógio está sempre nas 10H40. Sempre que passamos ali, nem para a frente, nem para trás. Nós achamos que aquele equipamento urbano tal como o equipamento que ontem foi aqui referido em frente à SFUAP, deve ser observado e ser decidido, ou o relógio funciona ou se não funciona se calhar noutra local.

Concluía com um assunto que tenho referido várias vezes e que é do conhecimento do Executivo, que é a intervenção no Estádio Municipal José Martins Vieira. Não foi possível no anterior Executivo, mas eu estou crente, acredito que neste Executivo será resolvido. Quer os sócios, quer quem não é sócio, a Direção e todos aqueles que frequentam o atual Estádio Municipal José Martins Vieira e que frequentaram durante muito tempo o antigo Parque Silva Nunes, merecem ter uma cobertura para poder evitar a chuva, as intempéries e tudo isso. Acredito que este executivo vai resolver este problema.”

6.3.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Duas questões muito concretas e muito telegráficas em relação ao Relatório que nos é apresentado, mas sobretudo em relação a informações que entendemos nós devem constar futuramente do Relatório de forma a que nós possamos ter um acompanhamento o mais concreto possível daquilo que é a realidade do funcionamento da autarquia. Não é segredo para ninguém, ao longo dos anos o PSD tem falado muitas vezes sobre atração de investimento para o Concelho de Almada, como motor de desenvolvimento económico social e de toda a sociedade do nosso Concelho. Foi criado pela autarquia em Gabinete o GACECI, no sentido de minimizar esse esforço. No Relatório que nos é apresentado não existe informação, pelo menos no período em referência à atividade que tem sido desenvolvida por este Gabinete. Que resultados tem tido? Quantas empresas foram contactadas? Que eventuais investimentos foram concretizados, eventualmente número de empregos que tenham sido criados. Entendemos nós que é algo que é muito relevante naquilo que é a realidade do Concelho e deveria também constar do Relatório da Informação Municipal de forma detalhada. Se eu por ventura vi mal em relação ao Relatório, naturalmente, eu gostaria é de saber os resultados e daí a pergunta.

Uma outra questão que nos parece a nós também muito importante, porque amiúde é a voz corrente, um conjunto de situações que são dirimidas na justiça onde a autarquia tem parte, seria interessante que no Relatório pudessem estar no período correspondente à análise, situações que tenham sido entretanto decididas, para nós percebermos e acompanharmos ao fim ao cabo, aquilo que aconteceu nesse período e que resultou certamente ou no vencimento da autarquia enquanto parte, ou eventualmente na sua condenação, porque também parece-nos a nós, seja naquilo que é pelo acompanhamento feito pelos Vereadores, seja naquilo que é o acompanhamento feito pela Assembleia Municipal, essa informação é relevante porque necessariamente tem impacto sobre a vida da autarquia. Eu recorde-me por exemplo nos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

últimos tempos do Mandato anterior, ainda na minha qualidade de Vereador ter acompanhado um processo de revisão de Orçamento da autarquia, onde derivado de uma decisão judicial obrigou a uma revisão orçamental de cerca de dez milhões de euros. E pensamos nós que nem que fosse dez euros a informação deve constar daquilo que é o acompanhamento e fiscalização de tudo aquilo que diga respeito ao dia a dia da autarquia. E portanto, era também não uma pergunta, porque percebo que não me possam dar resposta neste momento, mas que futuramente possa constar destes Relatórios de forma a que todos possamos acompanhar por igual aquilo que é a realidade da autarquia.”

6.3.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Após a leitura do documento de Informação da Atividade Municipal dos meses de agosto/setembro e outubro, quer dos SMAS, quer da Câmara Municipal, gostaria de pôr ao Sr. Presidente e à Câmara Municipal duas ou três questões. Estas questões refletem também um pouco o facto que já foi aqui referido pelo Sr. Deputado Nuno Matias, de que o documento é um documento exaustivo que refere uma série de ações efetuadas pelo Município e pelos SMAS, mas é um documento que muitas vezes tem uma análise qualitativa e poucas vezes em muitos casos não tem uma análise quantitativa que julgamos ser importante nestes casos.

Gostaria de fazer três questões que têm a ver com a zona da Charneca de Caparica, uma que tem a ver com os estudos que estão a ser feitos para o novo centro terciário da Charneca de Caparica, numa zona onde atualmente se verificam graves problemas de limpeza urbana como na zona da Quinta do Texugo, vem aqui a falar de análise da flora e uma série de estudos que estão a ser feitos e o que nós queremos saber efetivamente é para quando é que o estudo, em que estado é que o estudo está e quando é que ele será concretizado.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Uma questão sobre o projeto que também é referido aqui no Relatório, EcoEnLight, sistema de iluminação pública eficiente, gostaríamos de perceber também com maior detalhe em que é que se traduz esta gestão eficiente de iluminação pública, que é uma questão recorrente que tem vindo a ser levantada já no anterior Mandato, porque pelo menos na zona onde eu resido a questão da iluminação pública é tão eficiente, tão eficiente que de manhã praticamente não há luz nenhuma, eu julgo que gestão mais eficiente que essa é um pouco difícil de ocorrer.

E gostaria também de fazer uma questão que tem a ver com o Departamento de Comunicação. Eu costumo seguir com atenção os números das pessoas que são utilizadoras do atendimento na Loja do Município. E vem aqui referido que nos meses de agosto, setembro e outubro foram atendidos trinta e três mil Municípes. E achei o valor, eu não estou a pôr em causa minimamente o valor que está aqui referido, mas achei o valor um pouco elevado daquilo que eu tinha andado a ver nos Relatórios anteriores, e fui ver o Relatório anterior dos meses maio, junho e julho e o valor que lá temos é de onze mil setecentos e oitenta e seis Municípes, e gostaria portanto de perceber porque é que se dá esta triplicação basicamente do número de utentes. Até porque se formos observar os mesmos valores para o SMAS, há uma constância de valores de atendimentos públicos que andam na ordem dos oito mil, nove mil utentes que vão aos SMAS, julgo que e aproveito para dar os parabéns pelo prémio que os SMAS recebeu pela qualidade do serviço que presta, julgo que isto tem ainda a ver com os resquícios dos problemas que houve de faturação que ocorreu no ano passado e julgo que já está em vias de ser regularizado.

Gostaria de saber uma última questão sobre Almada Cidade Digital. Nós julgamos que é um projeto importante, mas o que vem aqui referido e passo a citar “disponibilização dos postos de internet, utilização livre e gratuita nas casas municipais da juventude, com registo cento e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dezassete utentes e noventa e duas horas de utilização de equipamentos. Ora se nós dividirmos estas noventa e duas horas por sessenta dias úteis, sem contar com os fins de semana, isto dá cerca de uma hora e meia de utilização da internet por dia, e gostaria de perceber, ou dividindo também o número de utentes dá cerca de dois utentes por dia. Gostaríamos de perceber em que medida é que este serviço pode ser potenciado para que abranja um maior número de cidadãos e que tenha uma utilização maior do que esta hora e meia por dia.”

6.3.2.4 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É-nos apresentado mais uma vez o Relatório de Atividade relativamente aos meses de agosto, setembro e outubro de 2013, como é óbvio estamos neste caso a analisar um novo Executivo, tem alguma informação já de algum relevo, como é evidente e como aqui também já foi referenciado, é um documento onde consta a Atividade Municipal, portanto aquela atividade que a Câmara Municipal entende que deve ser dirigida e informada aos Deputados Municipais, mas também entende o CDS-PP, que além deste caderno de atividade municipal deve também neste caso os Deputados Municipais, os Grupos Municipais ter um entendimento relativamente aquelas situações que não constam neste mesmo relatório. O CDS-PP corrobora também de algumas situações já aqui apresentadas, nomeadamente do Bloco de Esquerda relativamente à mobilidade, foi uma questão que tivemos oportunidade também de frisar, não só a nível de sinalização vertical, sinalização horizontal e também quer o pavimento, quer também alguma sinalização que aí sim reconhecemos que por parte da Câmara Municipal parece estar a haver uma tentativa de um melhoramento dessa parte no que diz respeito à mobilidade, e que como é óbvio vamos acompanhar e esperamos que assim seja e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

esperemos que desta vez tenhamos finalmente uma mobilidade condigna e adequada a um Concelho como Almada.

Gostaríamos apenas de deixar duas questões, penso que não vêm neste caso explanadas neste documento, um deles é relativamente ao Centro de Interpretação de Almada Velha, eu gostaria de deixar a questão ao Executivo, se o Centro de Interpretação de Almada Velha, é desde já de louvar e dar os parabéns pela abertura deste mesmo centro e a história de Almada sim senhor, mas é uma história de Almada que ainda está muito limitada no tempo. Portanto, o Centro de Interpretação de Almada velha, apenas pobre ainda, esperemos e acreditamos, e visto que Almada tem um Farol já muito antigo e esperemos que esse Centro de Interpretação de Almada Velha seja abrangido desde essa época.

Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente ou mesmo ao Sr. Vereador se está em mente essa mesma situação.

Depois também gostaria de questionar relativamente, se o Sr. Presidente tem neste momento condições de deixar aqui nesta Assembleia resultados sobre a UCLA. Entende o CDS-PP que é, na altura o CDS-PP ficou bastante satisfeito com a entrada de Almada para a UCLA e gostaríamos de saber se, até porque penso que relativamente a esta questão pouco se tem dito, nomeadamente nestes relatórios e entendemos que seria de aproveitar não só aqui nesta forma, de qualquer forma se o Sr. não tiver condições neste momento de deixar essas considerações, o CDS-PP o fará através de um requerimento e com certeza será respondido mais exhaustivamente.”

6.3.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

As intervenções que foram referidas ontem por alguns dos Municípes e tendo em atenção a importância que têm os problemas também na Costa da Caparica, o problema dos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Pescadores, o problema do Polis, nós não podemos deixar de estar com muita atenção em relação ao que vai acontecer no futuro. Portanto, teremos oportunidade no ponto específico também relativamente ao Polis, mas o problema e a apreensão relativamente ao futuro da pesca quer da Costa da Caparica, quer com os problemas que advêm para dezenas e dezenas de famílias, quer da Costa da Caparica, quer da Trafaria, deve merecer e merece também do Bloco de Esquerda uma atenção especial.”

6.3.2.6 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas observações em relação às questões que foram levantadas.

Em primeiro lugar para dizer que também partilhamos da necessidade de melhorar a apresentação do Relatório, tornando-o mais próximo daquilo que são as linhas de orientação contidas nas Grandes Opções do Plano, que permitiriam um acompanhamento mais claro dos progressos verificados em cada uma das linhas aprovadas e naturalmente sem dispensar a avaliação do envolvimento de cada um dos serviços, mas evitando assim de certa forma uma exagerada quantificação. E por outro lado poderemos notar de forma mais clara a eventual ausência ou atraso na prestação de contas em relação a outras áreas das quais nos propomos intervir.

Portanto, é nosso propósito na primeira oportunidade, após esta fase de instalação, por assim dizer, passarmos à avaliação desses aspetos e enfim é possível que na próxima prestação de contas já possamos apresentar um documento com outra estrutura.

Em relação às questões concretas que nos foram colocadas. Este período que é abrangido e que vai até outubro, portanto setembro e agosto, abrange como calculam e como sabem o período eleitoral, por assim dizer, e período de verão, é um período um pouco atípico naquilo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que é a atividade normal da Câmara, mas isso não quer dizer que os serviços tenham estado parados e que os objetivos propostos não se tenham procurado atingir.

Desde outubro para cá, entretanto há algumas coisas que ocorreram e que em relação às quais também se não se importam poderei fazer uma ou outra referência que poderá ajudar também a clarificar alguns aspetos.

Em relação às observações colocadas pelo Sr. Deputado Pedro Oliveira do Bloco de Esquerda. Enfim, são preocupações comuns, as questões da repavimentação, as questões da salubridade, as questões da sinalização, as questões da iluminação, da toponímia, mas aquilo que agradecemos a todos vós é que sempre que notem qualquer coisa, possam sinalizar em concreto o local onde essa não conformidade (para utilizar agora este palavrão agora moderno), onde essa não conformidade está localizada. Porque é isso que nos permite depois acompanhar a intervenção e a correção, ou até dar uma resposta se, se trata de uma incompreensão em relação àquilo que lá se passa, podermos dar uma resposta ao Município e neste caso aos membros da Assembleia.

Como imaginam isto é um mundo, mesmo quando definimos um plano da mobilidade, vamos fazer o Plano da Mobilidade, eu quero lembrar que o Plano da Mobilidade é uma coisa que vem desde os anos oitenta e portanto a mobilidade ainda nem nos edifícios públicos foi aplicada, a sua aplicação aos edifícios privados e em relação às novas urbanizações, enfim é uma coisa relativamente recente à escala da vida de uma cidade, e temos toda a herança do passado em que essas coisas não eram propriamente preocupação. E portanto, as correções têm que ser efetivamente feitas, mas para poderem ser feitas é necessário que vamos localizando os sítios onde provocam incómodo, onde estão a provocar contrariedades aos nossos Municípios. Nesse sentido o nosso agradecimento em relação àquilo que possa ajudar a melhorar a nossa atividade. Em relação à questão particular dos nossos Municípios e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

cidadãos portadores de deficiência por assim dizer, e há muito mais a fazer como sabem, e também aí é muito importante que se possam ir dando passos que no fundo são também de qualificação em relação ao espaço público, já não se trata só da mobilidade no sentido geral, mas numa qualificação que é necessário procurarmos e ir fazendo naturalmente na medida do seu grau de prioridade em cada situação.

Tenho alguma dificuldade em responder no que diz respeito às obras coercivas que estão programadas, de qualquer maneira é obrigação da Câmara intervir em todas as situações em que esteja posta em causa antes de mais nada a segurança dos cidadãos, portanto aí também iremos, temos a obrigação de intervir e iremos intervindo.

As questões dos oleões, é nosso propósito desenvolver essa área de trabalho, aliás consta também que numa linha de orientação das Grandes Opções do Plano, a mesma coisa no que diz respeito ao Plano da Romeira/Caramujo. Se ontem já o referi, volto a reafirmá-lo, é nosso propósito uma intervenção justamente nessa área e no conjunto da Cova da Piedade, Largo 5 de Outubro, em todo esse aspeto. Romeira, aliás já tenho o contato do Município que aqui esteve ontem a levantar essa questão e vamos agendar com ele uma reunião também com esse propósito, é evidente que não está tudo, nem estava dependente da questão que ontem foi levantada, mas faz parte dos nossos objetivos do mandato e acho que é uma preocupação de todos os Municípios do nosso Concelho, a intervenção naquela zona que está degradada e da qual todos poderemos vir a beneficiar.

Em relação ao relógio da 23 de Julho, não sei o que diga, partilho da sua preocupação e iremos ver o que é que se pode fazer em relação ao relógio.

A questão da pala, em termos de orçamento foi tido em conta a necessidade da construção da pala, está lá o dinheirinho para andar.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em relação às questões da avaliação dos projetos de atração de investimentos e das situações e decisões de tribunal, procuraremos também corresponder a essa preocupação que aqui foi colocada. Há alguma coisa que entretanto foi feita em relação ao Quarteirão das Artes, portanto há cerca de uma semana e meia, houve algumas pequenas microempresas que se instalaram naquela área recuperada onde funcionou em tempos uma instalação da Câmara Municipal, mas de facto é muito pouco para aquilo que são as nossas necessidades, e estão de fora outros aspetos de maior dimensão e que entretanto estão a decorrer. Naturalmente todos temos consciência que a situação não é famosa, já temos referido isso, nós estamos confrontados com uma situação de perda de receitas próprias da autarquia que reflete esta fraca atividade económica. De qualquer forma há um empenhamento da nossa parte no sentido de através dos parques industriais e da dinâmica de algumas zonas da cidade, procurar atrair investimentos, dar dinâmica à atividade económica local.

No que diz respeito às questões relacionadas com a Charneca de Caparica, colocadas pelo Sr. Deputado Sérgio Bastos. Penso que se está a referir aos estudos relacionados com a Foz do Rego, o Sr. Vereador Vice Presidente dirá alguma coisa acerca disso, o Sr. Vereador Rui Jorge também poderá dizer. Estamos a acompanhar esse aspeto.

Em relação às questões de gestão da iluminação pública, o que posso dizer é que ainda hoje contactámos a EDP, ainda não ficou claramente agendado o dia, mas está definido o propósito de no início de janeiro, primeira quinzena de janeiro se fazer uma reunião com a EDP, aquilo que for da nossa responsabilidade nós assumiremos e procuraremos corrigir. Em relação àquilo que se possa ganhar com a intervenção da EDP e a responsabilidade da EDP, também o procuraremos obter. Sabemos que é na base desse entendimento e dessa colaboração que podemos corresponder melhor àquilo que hoje é uma preocupação geral. Ainda hoje uma das notícias do dia tinha a ver com as Estradas de Portugal e a intenção de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

cortar em cinquenta por cento e iluminação pública nas áreas da sua responsabilidade. Mas há um limite para isso, como todos sabem, que é a segurança dos cidadão e portanto em relação a esse aspeto esse é o limite que nos impomos a nós próprios em relação às questões da iluminação.

Quanto ao número de utentes na Loja do Múncipe o que foi registado corresponde ao acumulado do ano, o correto é dez mil trezentos e noventa e oito. O que já está conforme com os nove mil anteriores.

Está esclarecida a questão, obrigado pela observação, também ajudou a clarificar esses aspetos.

Em relação à Cidade Digital, pensamos que há aqui muito para fazer ainda no sentido de tornar este projeto mais atrativo e mais interessante. A avaliação que se faz é que as três lojas da cidade, concretamente a da Oficina da Cultura, do Mercado do Feijó e da Charneca, enfim que os resultados serão melhores, mas de qualquer maneira na avaliação global pensamos que há aí campo para melhoria.

Questões da sinalização e da mobilidade, já me referi a elas.

Centro de Interpretação de Almada Velha, enfim temos em boa conta a observação que nos fez, nós temos todo o interesse em promover o nosso património histórico e cultural, portanto a zona de Almada Velha é uma zona com uma capacidade e uma atratividade grande para os potenciais turistas, e naturalmente que só teremos a ganhar em melhorar a acessibilidade e a projeção e a visibilidade do Centro.

Cidades Capitais de Língua Portuguesa. Não lhe posso concretamente dizer-lhe grande coisa neste momento sobre isso, para além do propósito de mantermos um trabalho de cooperação nesta área. Há muita coisa aí a fazer, pensamos nós, mas não temos ainda uma avaliação coletiva sobre o que é que se pode em concreto fazer para dinamizar esse projeto.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Mas é uma área que nos interessa muito.

Só três pequenos apontamentos para além disto. Um tem a ver com a questão do Polis, a questão do Polis foi um tema central da campanha eleitoral, como têm todos presente. O que está em cima da Mesa é a potencialidade da extinção da empresa, é essa a proposta que neste momento está colocada em cima da mesa, isso é motivo de grande preocupação da nossa parte, sobretudo porque não temos nenhuma alternativa de instrumento para concretizar o Plano estratégico de Desenvolvimento da Costa da Caparica. Portanto, não se trata aqui sequer de se poder dizer que transitou-se para outra coisa que tem por objetivo a concretização do Plano de Desenvolvimento da Costa da Caparica. Portanto, aqui a transição é para zero. Zero significa o não recuperar o que está mal feito. E portanto é uma questão de grande responsabilidade e que nos preocupa muito porque as consequências para a população da Costa são enormes, para os visitantes são enormes, para Almada, para a Região, para o País. Portanto, é uma coisa que de facto nos preocupa muito, é isto. Acabou e nada fica. Nada fica, é a paralisia completa. Mesmo em relação as chamadas em relação aos pares das palmeiras, em relação a tudo aquilo que ali está, é zero. E portanto, é completamente inaceitável da nossa parte. Agora, muita energia tem sido despendida para tentar inverter, fazer compreender que esse não é o caminho.

Tem outra questão que gostava de chamar atenção, não esteve aqui presente, mas naturalmente foi motivo de grande mobilização e interesse, tem a ver com o trabalho travado em torno da questão do Porto de Contentores, na Trafaria. Portanto, essa questão parece, e só parece, encaminhar-se para uma solução que afasta a instalação do mega terminal de contentores da Trafaria, portanto neste momento parece haver uma orientação para outro destino. É preciso que as coisas fiquem clarificadas, porque enquanto assim não acontecer está bloqueado qualquer projeto para aquela região. Portanto, é preciso que fique claro que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

os projetos de desenvolvimento daquela zona neste momento também estão bloqueados porque não há clarificação em relação a esta matéria. Portanto, é necessário que se clarifique, que fique preto no branco, que mudou, e então vamos trabalhar, aliás dar continuidade ao trabalho que já se vinha a desenvolver em relação àquela área tão importante e que também tem implicações não só na zona da Trafaria mas como em relação à Costa da Caparica e podemos dizer em relação a todo o nosso Município.

Finalmente um pequeno apontamento que tem a ver com o facto de termos conseguido ontem, temos terminado a entrega de sessenta casas a munícipes, a famílias do nosso Concelho. Foi nosso propósito fazer as entregas de forma discreta. Sessenta habitações, terminou-se ontem a entrega. Portanto, estamos também nesse caminho a ter algum progresso. É nossa intenção, como já temos dito, manter esse propósito de ir minorando os problemas da habitação no nosso Concelho.”

6.3.2.7 - O Sr. Vereador José Gonçalves (a solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Deputado Sérgio Bastos, este documento reporta-se até outubro, ora dia 23 de outubro, foi uma noite que choveu muito, e a Bacia da Charneca é uma Bacia muito grande, tem três grandes linhas de água que se encontram das Terras da Costa. A linha de Vila Nova, do Texugo e da Arriba e que criam grande caudal e no dia 23, já próximo do fim deste período que isso se reporta, houve de facto uma grande enxurrada, galgou a estrada florestal, galgou o pontão e portanto foi necessário a intervenção da Proteção Civil, também os Serviços Municipalizados tiveram como sempre uma intervenção imediata. E logo nos dias a seguir nós, nesse dia, no dia 24, o Município teve intervenção junto do ICNF e da APA, porque são também entidades com jurisdição no território, têm responsabilidade no território e com a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nossa insistência foi possível promover visitas de trabalho do Município e das outras duas entidades. Eu próprio e o vereador Rui Jorge, estivemos sempre presentes com técnicos municipais e está em desenvolvimento um trabalho que passa por intervenção conjugada das três entidades no sentido de intervir nestas linhas de água tendo como objetivo retirar velocidade da água quando chove e que criou uma certa instabilidade em especial uma das linhas de água, a que vem do Texugo. É aí que se sente mais. Há uma primeira intervenção junto à rotunda, logo a seguir à rotunda junto à escola que ainda terá que ser feita pelo urbanizador e o urbanizador foi também chamado ao terreno e interagimos com ele. E estamos a preparar um dossier para apresentar à Agência Portuguesa de Ambiente para ver se conseguimos um financiamento para uma intervenção. Eu tenho dito isso aqui noutras alturas, os Municípios de Almada pagam na taxa dos recursos hídricos, na fatura da água todos os anos em Almada, nós às vezes pensamos que estamos a pagar muita água e estamos a pagar de outras coisas também, uma das coisas que estamos a pagar na fatura da água é a taxa de recursos hídricos. E essa receita é uma receita da Agência Portuguesa do Ambiente, e soubemos agora por força desta intervenção que existe uma verba na APA para intervenções destas. Portanto, a Agência Portuguesa do Ambiente não fará intervenções diretas, mas pode financiar intervenções. Os trâmites destas coisas todas já agora se me permitem é que não existe propriamente regulamento de acesso aos fundos, o que existe é uma apreciação de mérito. Portanto, os serviços da APA recebem uma ou outra sugestão, ponderam e se encontrarem interesse nessa intervenção promovem o envio ao Secretário de Estado.

A APA - Agência Portuguesa de Ambiente tem estas verbas que recebe dos Municípios por força de cada um de nós como utilizadores da água pública, pagamos na fatura da água e são trezentos de Almada, serão com certeza trezentos do Seixal ou próximo disso e portanto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

é uma grande verba que é recebida. E dito por técnicos da Agência Portuguesa de Ambiente, então não existirá propriamente regulamento, mas existe uma potencialidade de financiamento. Portanto, está demonstrado pelo menos para quem visitou o território, está demonstrada a necessidade, a emergência e portanto a Câmara Municipal está a intervir com toda a sua capacidade no sentido de que haja uma intervenção conjugada neste território.”

6.3.2.8 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quero assinalar com particular agrado a referência que o Sr. Presidente fez relativamente ao seu propósito de reformular o relatório relativo à informação da Atividade Municipal. É matéria que foi já focada várias vezes nesta Assembleia, no mandato anterior fiz uma intervenção em que referi um conjunto de aspetos que achava que estavam errados e deviam ser alterados, trazia-os aqui listados numa ficha coincidem em grande parte com a apreciação que o Sr. Presidente fez. De qualquer modo eu gostaria de o repetir.

De facto este Relatório, como os anteriores tem uma matriz que resulta essencialmente das unidades orgânicas existentes, é focada na organização e não nos destinatários da atividade da organização, esse é um aspeto que deve ser corrigido. Não há uma aferição relativamente ao planeado e o Sr. Presidente também referiu isso e muito bem, não se percebe pela leitura do Relatório relativamente às ações que são referidas qual é que é o grau de execução relativamente ao planeado, ou à variação relativamente ao planeado, ou à variação relativamente ao trimestre anterior por exemplo. Há um afunilamento no processo em detrimento do produto. Fizemos isto, asseguramos aquilo. É óbvio que é importante que cada unidade orgânica da Câmara preste contas da atividade que desenvolve e deve continuar a fazê-lo, só que essa abordagem deve ser complementada por uma abordagem mais virada para os destinatários da ação da autarquia. Eu a título de exemplo cito-vos um aspeto que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tem a ver com a recolha de resíduos sólidos urbanos, no Relatório ficamos a saber que foram recolhidas vinte e três mil novecentas e vinte e uma toneladas de lixo, e foram lavados mil cento e quinze contentores e foram realizadas duzentas e vinte ações de reparação de contentores. Eu presumo que foi no trimestre e não no acumulado do ano, mas de qualquer modo para o que eu estou aqui a referir é indiferente. O que eu queria sublinhar e que desta informação nós não extraímos nenhuma apreciação, nenhuma avaliação, tanto ao nível da eficácia como da eficiência, ao nível da eficiência o que é que poderia ser aqui acrescentado? Por exemplo, comparar com o trimestre anterior ou com o trimestre homólogo, para ver se com os mesmos recursos estava ou não a ser conseguido um trabalho superior. Ao nível da eficiência se calhar é preciso ter uma abordagem que leve em conta os destinatários. Será que os Munícipes estão satisfeitos com o trabalho realizado? Há algum mecanismo de aferição dessa satisfação? Portanto, é matéria que a Câmara, penso eu, e estou a fazer esta intervenção numa toada construtiva poderá levar em consideração de forma a enriquecer o Relatório.

Noutra vertente, gostava de fazer aqui uma referência a um aspeto já focado na reunião de ontem, que tem a ver com o apoio aos alunos nas interrupções nas atividades letivas. Esta matéria é uma matéria que para o PS teve sempre grande relevância, nos nossos Programas Eleitorais sempre houve compromisso relativamente ao apoio e ao enquadramento das crianças do 1º ciclo e do Pré-escolar durante as interrupções das atividades letivas. O PS na Vereação, no último mandato fez uma proposta que felizmente foi acolhida no que diz respeito a essa atividade relativamente ao Pré-escolar. E portanto não gostámos que fosse sugerido que no fundo levantássemos essa preocupação porque tínhamos copiado do Plano que vamos começar a discutir hoje. Não gostámos. E como não gostámos, pedimos que seja no fundo clarificada uma questão. É que isto vai ser discutido no próximo ponto da ordem de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalhos, mas entronca também aqui neste. O que eu gostava de perguntar era quais as atividades desenvolvidas por iniciativa do Município, no que respeita ao apoio e enquadramento das crianças do 1º Ciclo nas férias escolares? E isto porque na proposta de Plano de Atividades que vamos discutir a formulação do ponto 4.19 é a seguinte, “reforço dos programas municipais de apoio nos períodos de interrupção letiva”. E portanto nós queremos saber o que é que foi feito para poder ser reforçado.”

6.3.2.9 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O que está definido é uma linha de orientação e nós já falámos nisso na apreciação feita na 1ª Comissão da Assembleia quando do debate de apresentação das Opções do Plano.

Aquilo que vai ser presente aos Srs. Deputados são as linhas de orientação, porque tendo em conta a experiência de anteriores mudanças de mandato o primeiro orçamento e as primeiras Grandes Opções do Plano são colocadas à apreciação da Assembleia após as eleições, normalmente tem ficado pelas chamadas linhas de orientação. Dando a oportunidade aos Serviços para se poderem adaptar não só à continuidade daquilo que se mantem na execução dos Planos anteriores, como também à formulação daquilo que são as novas atividades. Portanto, as linhas de orientação hão de ser preenchidas por atividades e os nossos serviços e os nossos Diretores Municipais até já estão a trabalhar num programa informático que até tem um nome muito esquisito que é o “Apache”, onde já estão a introduzir as ditas rúbricas, só que o “Apache” não está suficientemente armado para podermos trazer aqui no sentido de permitir uma discussão clarificadora sobre essas questões. E para não estarmos a crescer a confusão ficamos pelas linhas de orientação com o propósito naturalmente de que as linhas de orientação, as rúbricas que corresponderão às atividades que preenchem as linhas de orientação aparecerão depois. Portanto, daí que a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

formulação que está dada às atividades nos períodos de interrupção escolar não possa ser mais concretizado.

Em relação ao reforço, podemos dizer que partimos numa base baixa, mas eu enquanto avô dos meus dois netos, têm os dois o chamado ATL em duas escolas do ensino básico público e são duas escolas diferentes. Não é tudo, é aquilo que nós fazemos, a refeição é garantida. A refeição é garantida, pode não ser aquilo que todos nós desejamos, mas há um ponto de partida. Agora, é a partir daí que nós iremos desenvolver o nosso programa, naturalmente acolhendo sugestões que possam vir dos Pais, que possam vir dos Professores, que possam vir da comunidade, que possam vir da Assembleia Municipal, que possam vir dos Srs. Vereadores, enfim ponderando os custos de cada passo e procurando também corresponder da melhor maneira àquilo que são as expectativas das famílias, naturalmente dentro do nosso campo de atuação.”

6.3.3 - Encerrou-se o debate, dando por apreciada a atividade municipal.

6.4 - Entrou-se no ponto 3.6 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nº09/XI-1º e 10/XI-1º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 11/12/2013, sobre as “Opções do Plano e Orçamento do Município para 2014 e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal” e as “Opções do Plano e Orçamento para 2014 e Mapa de Pessoal dos SMAS”, (**Conforme Anexos XXXIII e XXXIV**).

6.4.1 - Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para apresentar as referidas Propostas.

6.4.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não era minha intenção intervir na abertura do ponto na medida em que utilizamos uma metodologia na qual desejamos continuar a progredir, no sentido destes documentos estruturantes da atividade municipal poderem logo desde uma fase muito precoce da sua



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

elaboração envolver os Partidos com assento na Assembleia Municipal. Naturalmente que também neste caso a coberto do estatuto da oposição, foi possível apresentar linhas gerais quer em relação à receita, quer em relação à despesa, foi possível acolher e fazer refletir nas Grandes Opções do Plano as observações que nas reuniões realizadas nos foram fazendo chegar, e também estes documentos foram distribuídos ainda aos Partidos com assento na Assembleia Municipal até ainda antes da sua aprovação pela Câmara Municipal, por forma a dar tempo para que pudessem ser apresentadas propostas por escrito que viessem a ser acolhidas, propostas essas nas quais poderiam estar envolvidas não aqueles que participaram nas reuniões connosco, mas também os restantes membros da Assembleia e quiçá os membros das direções e outros membros dos respetivos partidos. Portanto, a discussão foi nesse aspeto bastante ampla, enfim poderemos não estar todos de acordo em relação à metodologia, mas pensamos que este tipo de documentos beneficiam de uma abordagem o mais ampla possível logo desde o início, isso não impede que haja discordâncias, que haja diferenças de opinião no que diz respeito às matérias a abordar, às prioridades a estabelecer. Enfim são partidos diferentes que refletem naturalmente diferentes interesses da nossa comunidade, que em relação à esmagadora maioria das matérias até são coincidentes, mas há matérias em relação às quais essas diferenças existem, mas cá estamos para as discutir, para nós esclarecermos e para as procurar redimir sempre que seja possível.

Portanto, o documento penso que todos os que aqui estão tiveram oportunidade de ler, do conhecer, puderam fazer as avaliações coletivas no âmbito das respetivas bancadas e portanto estamos à vossa disposição para as questões que nos queiram colocar e para o debater.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, para o exercício de 2014, são fortemente condicionados



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pelo quadro macroeconómico e políticas resultantes da aplicação ao País do memorando de entendimento assinado em Maio de 2011 entre o Governo Português, à data formado pelo Partido Socialista, e os partidos que formam o atual Governo, PSD e CDS-PP, com o Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo

Monetário Internacional.

Deste quadro decorre uma situação que se caracteriza por uma fortíssima contração da atividade económica, com redução acentuada das receitas próprias dos Municípios.

Acresce que as opções políticas do atual Governo, prosseguindo e aprofundando o caminho já iniciado ao abrigo dos designados PEC (Planos de Estabilidade e Convergência) traduz-se numa diminuição ainda mais acentuada das transferências financeiras da Administração Central para as Autarquias Locais, e na adoção de medidas que violam gravemente a autonomia do Poder Local Democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa.

As medidas que integram a designada “reforma da administração pública”, com a extinção de Freguesias, com a imposição da redução cega de estruturas, serviços e quadros técnicos mais qualificados, com imposição de fortíssimas restrições ao recrutamento de trabalhadores essenciais e imprescindíveis ao exercício das atribuições e competências dos Municípios, têm tido um impacto muito significativo e negativo na vida local, introduzindo fatores de profunda perturbação do funcionamento dos serviços e determinando uma diminuição muito acentuada da capacidade de concretização dos programas das Autarquias em geral.

Face ao agravamento do quadro socioeconómico geral e à instabilidade que o Orçamento de Estado para o próximo ano inequivocamente anuncia, e que não pode deixar de constituir motivo de grande preocupação para todos nós, impõe-se-nos igualmente agir na defesa do Poder Local Democrático, uma das mais importantes conquistas do Povo Português com a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Revolução de 25 de Abril de 1974, de que iremos celebrar em 2014 o quadragésimo aniversário.

A revogação do quadro legal que ao abrigo da chamada “reforma administrativa” atenta contra a autonomia do Poder Local e a sua capacidade de agir em prol das populações, não deixará de estar no centro da nossa ação.

Ao nível local assume particular importância a reposição das onze Freguesias do nosso Concelho, assim como a nível regional e nacional se torna indispensável o avanço no sentido da instituição das Regiões Administrativas dotadas de órgãos legitimamente eleitos pelas respetivas populações, conforme previsto na Constituição da República Portuguesa.

Mau grado as indiscutíveis dificuldades referenciadas, o Município de Almada encara o futuro com determinação, que resulta do facto de se encontrar dotado de uma estratégia de desenvolvimento sólida e robusta, ancorada nos objetivos da sustentabilidade, da solidariedade e da ecoeficiência, integrando no seu processo de desenvolvimento um amplo conjunto de projetos em áreas tão importantes como, entre outras, o ambiente, o planeamento urbanístico, o desenvolvimento social e a qualificação dos serviços municipais.

Embora não imune a fortes condicionamentos num contexto de profunda incerteza quanto ao futuro, fruto de uma opção estratégica de gestão há muito definida e prosseguida com rigor, Almada dispõe de uma situação financeira estável, um quadro de trabalhadores e dirigentes preparados e empenhados na integral prossecução dos objetivos e obrigações de serviços público a que estão vinculados, de uma ampla parceria estratégica que visa o desenvolvimento e o bem-estar de todos os Almadenses e, essencialmente, de uma população que se caracteriza por elevados níveis de exigência suportados por uma ampla participação na vida comunitária.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Esta realidade, que numa frase simples se traduz por sermos um “Município com boas contas”, permite que, de forma responsável, num contexto em que se prevê uma nova redução nas transferências do Orçamento de Estado de 449 mil euros para Almada, e sem colocar em causa a futura capacidade de investimento e a honra de todos os compromissos assumidos pelo Município, encaremos para 2014 uma redução em 2,5% das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar a todos os prédios avaliados ao abrigo da lei em todo o território do Município, apoiando assim de forma muito objetiva milhares de famílias almadenses, e a manutenção da taxa da Derrama em 1,45% - abaixo do limite máximo de 1,5% - incluindo de novo a isenção do seu pagamento a mais de 70% do tecido empresarial do Concelho que não atinge os 150.000 euros de faturação anual.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município de Almada para o exercício de 2014 garantem a sustentação de todos os projetos estratégicos já assumidos. Salientam-se o Plano de Urbanização de Almada Nascente - Cidade da Água (Margueira), o Plano de Urbanização de Almada Poente, o desenvolvimento e ampliação do Madan Parque e respetiva área destinada a zona empresarial, o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica previsto no quadro do Programa Polis, e a intervenção ao nível da requalificação da rede viária, designadamente na zona da Charneca de Caparica.

O Plano de Desenvolvimento Estratégico da Trafaria continuará a ser alvo da nossa atenção, desde logo nas iniciativas que prosseguiremos no sentido de ser definitivamente afastada a ameaça de instalação de um mega terminal de contentores naquela Vila do nosso Concelho.

O Plano de Pormenor Ginjal/Cacilhas encontra-se mais próximo da sua concretização, e a intervenção nas Áreas de Reabilitação Urbana associada à revitalização dos núcleos históricos das onze Freguesias de Almada e à requalificação do parque habitacional, e os avanços no



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

processo de realojamento são desafios que assumimos plenamente para o presente mandato, e que se refletem no Orçamento de 2014.

O turismo, a cultura e o conhecimento, e os serviços às populações são vias com potencialidades para a criação de emprego e promoção da qualidade de vida.

Continuaremos a dar uma particular atenção ao atendimento a situações emergentes de carência social e económica, designadamente às situações de desemprego, de doença e de abandono e solidão, e às áreas mais deprimidas do nosso território.

As crianças e os jovens, duramente atingidos pelas consequências da crise atual, são assumidamente uma das mais importantes preocupações para o mandato. As Opções do Plano do Município de Almada para 2014 integram ações e medidas que visam garantir a criação das necessárias condições para um desenvolvimento saudável e para que possam não apenas aceder a apoios às suas atividades e interesses específicos, mas também encontrar os espaços e os momentos adequados à expressão plena da sua criatividade e vontade de participação na construção de um futuro melhor.

Continuará igualmente a ser uma aposta forte e determinante da política municipal o estímulo e apoio à participação ativa dos cidadãos em geral no processo de construção da vida comum do Município, no quadro de uma política de transparência e equidade apoiada nas possibilidades que as tecnologias da informação e da comunicação hoje nos oferecem, e na iniciativa da extensa rede que integra o Movimento Associativo Popular.

O orçamento para 2014 apresenta um valor global de 77,4 milhões de euros, representando uma diminuição relativamente ao orçamento de 2013 de 3,5 milhões de euros, menos 4,5%.

No primeiro ano de um novo mandato, as Opções do Plano e o Orçamento do Município de Almada para 2014 asseguram, uma vez mais, todas as condições para o prosseguimento de uma gestão autárquica séria, empenhada, de rigor e exigência, que se revelou -



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ininterruptamente desde Abril de 1974 - merecedora da confiança dos Almadenses. Uma gestão preparada para enfrentar os grandes e difíceis desafios que se anunciam para o futuro, na convicção plena de que esse futuro poderá ser melhor com a participação e o empenho de todos.”

6.4.1.1.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves - Presidente Conselho Administração dos SMAS (a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

No início deste novo mandato autárquico pretendemos manter o rumo da gestão eficiente e eficaz dos bens e serviços - água e saneamento - cuja atribuição municipal é prosseguida pelos SMAS de Almada.

Aprofundaremos os projetos de inovação e modernização dos serviços, continuando a desmaterialização dos procedimentos administrativos, operacionais e tecnológicos.

Manteremos a prioridade dos projetos estruturantes que se apliquem a toda a estrutura dos serviços de que é exemplo o Sistema Integrado de Gestão: Ambiental, Qualidade, Patrimonial e de Saúde e Segurança.

Desenvolveremos as ações que assegurem o acesso de todos à água e ao saneamento, direitos humanos consagrados através da política social de apoio às famílias designadamente aos mais carenciados e famílias numerosas. Manteremos a isenção de taxas e tarifas a famílias carenciadas até 5 m³ de consumo na água e no saneamento e os planos de pagamento.

Os SMAS assegurarão a gestão integral do ciclo urbano da água, tendo como princípios o abastecimento permanente, o respeito pelos direitos dos utilizadores e a procura da maior eficiência e eficácia do sistema municipal em alta e em baixa.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Garantiremos a beneficiação do sistema de abastecimento, dando prioridade a ações de renovação da rede em “Almada Velha”, a adutoras, reservatórios e centrais.

Desenvolveremos as ações previstas nos planos estratégicos de abastecimento de água, águas residuais e pluviais.

Asseguraremos a gestão do sistema de saneamento de águas residuais, providenciando a recolha e tratamento de todos os efluentes produzidos no Concelho, garantindo um território de dignidade e de promoção da saúde humana.

Asseguraremos uma gestão da rede de pluviais, limpeza de valas hidráulicas e manutenção de equipamentos, como instrumento de proteção de pessoas e bens.

Manteremos uma ação permanente em defesa da gestão pública da água e do saneamento e da autonomia do poder local na gestão e na organização.

Os SMAS assegurarão um conjunto de projetos e instrumentos para uma gestão qualificada designadamente o Programa Controlo da Qualidade da Água 2014, o Plano de Segurança de Água, o Programa Anual de Controlo Operacional da Água, o Plano de Racionalização de Consumos de Energia, os Programas Ambientais 2014, entre outros.

Os SMAS desenvolverão com recurso a parcerias dos centros universitários um conjunto de projetos inovadores de que se destaca o iPerdas com o LNEC.

No investimento será dada prioridade às obras com financiamento comunitário, concluindo a obra de beneficiação da Quinta da Bomba, a remodelação das Estações Elevatórias do Torrão e da Costa de Caparica, a construção da Estação Elevatória e Emissário da Foz do Rego e o lançamento da obra de remodelação e beneficiação da ETAR do Valdeão.

A aplicação de novas ferramentas informáticas permitirão levar mais longe à relação com o utente e novos indicadores para a gestão, designadamente ampliando o recurso aos SMAS Online, à Telegestão, Navia, aos módulos SAP, entre outros.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Prosseguiremos o projeto ambiental - Beba Água da Torneira - BAT dando relevância à excelência da água que distribuímos. Almada tem água de qualidade exemplar para consumo humano.

Manteremos uma política de equidade, transparência e apoio aos trabalhadores municipais, garantindo a aplicação do Plano de Formação e as iniciativas de apoio social. Estaremos solidários com as lutas dos trabalhadores em defesa do serviço público, dos direitos dos trabalhadores e do desenvolvimento da sua carreira.

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento enquanto entidade com autonomia administrativa e financeira apresentam um Plano de Orçamento no valor de 33.013.480 euros.

Manterão o equilíbrio financeiro assegurando uma receita de 33.013.480 euros sendo de 22.023.880 euros de receita corrente e um investimento previsto de 16.660.529 euros, dos quais 10.085.329 euros com financiamento definido e 6.575.200 euros com financiamento não definido.

Tendo presentes estes objectivos, os Serviços desenvolverão ações e projetos que decorrem das Linhas de Orientação.”

6.4.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais José Joaquim Leitão, Maria D'Assis, Pedro Matias, António Pedro Maco, Nuno Vitorino, Paulo Viegas, Luísa Ramos, João Geraldés, Carlos Revés, Carlos Guedes, Pedro Oliveira, Nuno Matias, José Lourenço, Daniel Sobral e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.4.2.1 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uso da palavra para uma primeira intervenção neste ponto da ordem de trabalhos, portanto uma intervenção, obviamente que marca o início do debate.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Governar Almada nos próximos quatro anos exigiria uma resposta firme e imediata às novas necessidades geradas no âmbito da crise económica e financeira que vivemos. Não nos podemos limitar a apontar culpados e responsabilidades. Mesmo que não sejamos os responsáveis diretos pela situação a que chegámos, temos que ser, sem qualquer hesitação, capazes de encontrar soluções para apoiar as pessoas e as famílias que em Almada ficaram mais vulneráveis a estes tempos difíceis.

A coerência com os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, o PS propôs que a Câmara Municipal aprovasse e submetesse à Assembleia Municipal, para aprovação, o percentual de 2,5% relativo à devolução do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2014.

Sobre o IMI, o Partido Socialista apresentou, na Assembleia Municipal, uma proposta alternativa de taxas:

Prédios rústicos - 0,8%, Prédios urbanos - 0,66%, Prédios urbanos avaliados - 0,36%.

As propostas não passaram com o voto contra da atual maioria no executivo municipal liderado pela CDU e na Assembleia Municipal.

Saudamos, ainda assim, a proposta de não aplicar, excecionalmente, em janeiro 2014 a atualização dos valores das taxas, tarifas e preços estabelecidos na Tabela anexa ao Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços, invocando-se o atual contexto económico e social e o efeito recessivo da aplicação da medida de atualização e que, naturalmente, aprovamos. Não deixa, no entanto, de nos causar estranheza que as razões/fundamentos que subjazem à referida proposta não sejam extensivas ao IMI e ao IRS.

Este não é o nosso programa nem o nosso Orçamento. Este é o Programa e o Orçamento da atual maioria.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O PS tem, relativamente às propostas em apreciação uma apreciação negativa. Não o escondemos.

Não prescindimos, no entanto, de colocar um largo conjunto de questões neste debate, sobre as várias áreas da atividade municipal.

Esperamos do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores da maioria respondam com clareza às questões para que o voto de todos os Deputados possa ser um voto esclarecido.”

6.4.2.2 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu queria aqui colocar algumas questões que têm a ver com a área social, como não podia deixar de ser.

E começo relativamente ao Plano de Emergência Social, gostaria de perceber, porque penso que também ao nível das Grandes Opções do Plano que será uma das propostas, mas gostaria de perceber se de facto esta ano, este ano de 2014 será de facto um plano para responder às necessidades que se identificam no âmbito da rede social, ou se vai-se deixar novamente ao arbítrio das Associações uma candidatura que embora possa responder a alguns problemas da população, não são de todo um plano concertado para responder às necessidades de facto em termos do Concelho, das necessidades em termos do Concelho.

Gostaria de certo modo ser clarificada, porque eu acho de certo modo que este plano tem grandes lacunas na forma como ele tem sido aplicado.

Outra questão que gostava de tentar perceber tem a ver com a cobertura das crianças do 1º Ciclo ao nível das interrupções letivas. Eu vou voltar, de facto o meu Colega já o colocou, nós não conhecemos nenhuma iniciativa camarária no sentido da cobertura, de facto há iniciativas das Associações de Pais, ou Associações ao nível de algumas iniciativas de escolas, mas de facto iniciativa da autarquia nós não conhecemos. E portanto, eu gostava de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

perceber se é para iniciar já nas férias da Páscoa, portanto 2014, se está previsto abranger o fornecimento de refeições, se é para todo o período também das férias de verão, se se vai realizar nas escolas, se é no âmbito de parceria, gostávamos de perceber de facto qual é o propósito da Câmara ao nível da cobertura de crianças do 1º Ciclo, ao nível das interrupções letivas. Se é para as situações de maior vulnerabilidade, se é alargada a todas as crianças que o pretendam, se a autarquia vai fornecer as refeições e como é que isto tudo vai funcionar?

Por outro lado gostava de perceber também em termos de habitação social, dado que o Sr. Presidente disse que foram atribuídas sessenta fogos, gostaríamos de perceber de facto se está previsto o alargamento de fogos sociais ou será ao nível de outros programas para o acesso à habitação.

Outra questão também que eu gostaria de levantar e porque é extremamente estigmatizante, tem a ver de facto com a limpeza urbana nos bairros sociais. O que aconteceu é que até aqui a política do município é de facto deixar essas zonas que já por si são zonas que apresentam vários problemas, e a limpeza urbana é muito mais deficitária nesses espaços. Se está prevista alguma iniciativa. Eu sei que de facto vai haver uma delegação de responsabilidades a nível de Uniões de Freguesias, mas gostava de perceber qual é o propósito no sentido, porque eu penso que a limpeza urbana destas zonas poderá contribuir para diminuir a estigmatização que acontece nesses locais.”

6.4.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Duas perguntas muito rápidas relativamente à mobilidade urbana e às acessibilidades. A primeira tem a ver com uma questão que se passa no centro de Almada neste momento e que penso que não foi estudado aqui nos pontos da mobilidade urbana e de acessibilidades,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tem a ver com, portanto no eixo canal que estava encerrado e agora é possível circular a uma velocidade muito lenta, cerca de vinte quilómetros hora, coloca-se ali uma questão importante de ligar portanto, o norte da cidade ao sul da cidade, que é a questão de reabrir que eu acho era importante reabrir a rua de Olivença com a rua Luís de Queirós. Acho que é uma questão que me parece pertinente e que pode voltar a ser devolvida à Cidade, porque os comerciantes agradeciam, os munícipes também, porque para se passar da parte norte da Cidade para a parte sul tem que se ir ou à Fonte Luminosa ou indo à Cova da Piedade.

Outra questão importante que eu gostaria também de referir tem a ver com a ECALMA e com os parques de estacionamento na Freguesia de Almada. Foram construídos há pouco tempo dois parques, o de São Paulo e o da Capitão Leitão, já tínhamos o do Fórum onde está o Bragapark e temos o do Tribunal também, quatro no espaço quase de cinquenta metros. Sabemos que na Freguesia de Almada a taxa de ocupação destes parques é muito baixa. Acho que era importante repensar uma estratégia para aumentar porque como sabe o Município fez um forte investimento nestes parques de estacionamento e que neste momento estão praticamente vazios. Portanto não houve uma estratégia entre aquilo que era a procura e aquilo que foi a oferta, como foi desproporcional era importante neste momento reencontrar-se essa questão.”

6.4.2.4 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Desde já é de louvar o espírito de abertura e uma nova forma de discutir estas questões das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, que o Sr. Presidente da Câmara colocou à disposição da oposição e dos partidos. É uma questão que o CDS-PP reconhece e com certeza da nossa parte manteremos também essa disponibilidade para pelo menos, para dialogar.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Estamos aqui reunidos hoje para a apreciação final da proposta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2014, documento esse, fundamental para o funcionamento da instituição municipal caracterizada pelas opções e prioridades que executivo de maioria da CDU na Câmara tem para o concelho.

Espera-se deste novo mandato uma maior abertura e pluralidade nas decisões, como se espera também que a maioria que prevaleça nas decisões, sem colocar em causa os resultados eleitorais, seja a maioria do consenso.

Com um novo executivo e com um novo presidente, esperam-se também novas políticas que possam desenvolver o concelho e colocar Almada no topo das grandes cidades e municípios do país.

Quase ao fim de quarenta anos de poder comunista em Almada encontramos ainda um conjunto de premissas por cumprir. Há trabalho positivo é um facto, mas é preciso mais, muito mais, alguns modelos estão esgotados e mesmo ultrapassados, é preciso inovar e abrir as portas ao conhecimento e a novas oportunidades. Mudaram os atores, alguns, é necessário mudar as políticas.

Para o CDS-PP, Almada precisa de novas ideias, de projetos arrojados e inovadores que criem atração e investimento que abram novos horizontes de esperança e de oportunidade.

Almada não pode ficar de fora dos grandes investimentos que tragam para o concelho uma verdadeira regeneração urbana tornando-se a cidade em vários polos atrativos de fixação e circulação de pessoas e negócios. Contudo, devem esses investimentos ser direcionados essencialmente para respostas a carências identificadas e em falta no concelho e não os investimentos despesistas, desordenados e antiquados, alguns deles perfeitamente dispensáveis, como nos habituou o executivo comunista com a benevolência e a coresponsabilidade por vezes da oposição.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Para o CDS-PP, é pela inovação, pelo conhecimento e pelo aproveitamento das novas tecnologias, que devem passar prioritariamente, as maiores apostas criando em larga escala mais oferta, mais oportunidades e muito maior competitividade tendo em conta os novos desafios que enfrentam as sociedades modernas.

Queremos desta forma, um concelho recetivo e encorajador de um empreendedorismo de sucesso que possa criar massa crítica e desenvolver um vasto conjunto de opções viáveis permitindo confiança ao investimento tal como a sua implementação sólida e atrativa contrastando com modelos obsoletos e ultrapassados que não trazem nada de novo.

Uma verdadeira e encorajadora aposta de sucesso passa, sem dúvida, pela aposta nas pessoas e pela requalificação e aproveitamento da +paisagem e dos recursos naturais que Almada se pode orgulhar e de onde se deve retirar rentabilidade do rio, do mar, da pesca, das terras, da agricultura, da floresta, da situação geográfica onde o concelho se posiciona, tal como o património ambiental sem esquecer o riquíssimo património histórico que Almada aufere, têm de ser, inequivocamente, apostas certas para colocar o concelho de Almada nos roteiros nacionais e internacionais nas escolhas prioritárias de investimento e lazer.

Nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, o executivo apresenta aos almadenses um conjunto de propostas na tentativa de crescimento e desenvolvimento de Almada. Algumas delas repetem-se constantemente ano após ano, mandato atrás de mandato, sem fim ou conclusão à vista. Outras completamente dispensáveis ou mal planeadas (mobilidade).

O CDS-PP deixou o seu contributo ao executivo, na tentativa de aliviar as famílias do concelho propondo a redução do IMI para famílias numerosas nomeadamente as mais carenciadas. Propôs também que 5% do IRS fosse devolvido aos munícipes. Propôs ainda, que no concelho de Almada a Derrama fosse Zero, criando assim oportunidade para que o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

sector produtivo e que gera emprego, pudesse ver em Almada, concelho com excelente posição geográfica, uma fonte de oportunidades. Realça-se ainda a proposta do CDS-PP para a redução em 30% na utilização de equipamento municipal desportivo ou cultural para famílias carenciadas do concelho.

Às propostas do CDS-PP o executivo disse não, alegando que seria um enorme esforço financeiro para as contas do município. Era com certeza um grande esforço, mas um esforço em benefício das famílias e dos que mais precisam. E executivo não o entendeu e optou por outras vias, outras escolhas, outras oportunidades que não concordando com caminho a seguir, respeitamos democraticamente.

É necessário esperança, é necessário ter confiança no futuro e esperar que o executivo saído do último escrutínio eleitoral faça mais e melhor. Esse voto de esperança estava o CDS-PP disposto a dar, contudo, insistentemente, a teimosia na construção da Estrada Regional 377-2 que o CDS-PP contestou, contesta e contestará, não nos deixa outra opção que é não dar aval positivo à proposta do executivo.

Não chega dizer que se faz duzentos metros para o lado direito ou duzentos metros para o lado esquerdo: para o lado direito, só se deitarem os prédios abaixo, para o lado esquerdo deitam os campos de cultivo, e isso o CDS-PP não vai pactuar.”

6.4.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Vitorino (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Com a vossa permissão pronunciar-me-ei conjuntamente sobre os documentos previsionais da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados.

Da análise dos documentos agora em apreciação ressalta antes de mais um aspecto de primordial relevância política: o seu alinhamento com os compromissos de governação local contidos no projeto que os Almadenses sufragaram para o mandato que estamos a iniciar.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Se sublinho este aspecto, que deveria ser da normalidade da prática governativa, é porque atravessamos um momento da nossa vida colectiva, como comunidade nacional, em que tantas vezes o corrente é o contrário disto, é propor uma coisa e fazer o seu contrário.

Se sublinho este facto, como primordial da confiança dos cidadãos nas sociedades democráticas, e no caso concreto na governação local, é porque a sua essência reside em dois momentos, o da legitimação e o da legitimidade, o primeiro acontece na escolha democrática pelo voto e o segundo, é o percurso longo, da governação em coerência e cumprimento dos compromissos assumidos, escutando os cidadãos, a comunidade, assumindo as suas expectativas e sabendo integrá-las pelo caminho, construindo o espaço da participação, valorizando-a na consumação da governação, processo que naturalmente também integra o saber escutar as demais forças políticas, integrando as propostas válidas e politicamente honestas, que não desvirtuem o compromisso com a escolha feita pelos cidadãos, o que sabemos foi também cumprido, na elaboração dos documentos que agora apreciamos.

Na análise que a bancada da CDU fará às Opções da Câmara Municipal, referir-me-ei, em particular, aos aspectos relativos ao Eixo 2 - Ambiente, Biodiversidade e Energia.

São 34 as linhas de orientação definidas para a ação do Município nas frentes da Água, do Saneamento e Salubridade, da Valorização Ambiental e da Protecção da Biodiversidade, da Energia, do Clima e da Sensibilização e Educação Ambiental.

Se o número, por si só, já indicia uma forte dinâmica da ação e a compreensão da importância desta área das políticas públicas e do contributo que, ao nível local, se pode dar para a superação de um modelo de sociedade global, que tem caminhado ao arrepio da indispensável harmonia entre o homem e a natureza, é na estratégia que essas orientações



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

refletem e no conteúdo concreto das opções que se apresentam, que reside a sua mais relevante virtude.

Da estratégia, ressaltam, por um lado, a definição de uma intervenção em dois caminhos que se complementam: o do empenho das organizações municipais na implementação de processos respeitadores do ambiente e o do papel estruturante do município na construção de um território que progride no caminho de um desenvolvimento humano em harmonia com os seus ecossistemas. Por outro lado sobressai a centralidade dos temas vertidos nas orientações definidas.

Da centralidade da intervenção ambiental para um território urbano, como o nosso, destacam-se a Água, o Saneamento, a Energia, o Clima e a Protecção da Biodiversidade, orientadas não só para os aspectos da eficiência e da preservação e para a mobilização da comunidade para esse esforço, mas fundamentalmente assentes na consumação responsável e solidária dos direitos e da justiça ambiental, do acesso socialmente justo ao bem-estar que a natureza pode oferecer aos indivíduos e à comunidade. Como exemplos, pelo seu enfoque conservativo, destaco as linhas: 2.5 - Concretizar o Plano de Ação Local para a Biodiversidade (PALBIO), (...) para salvaguarda dos ecossistemas do Concelho de Almada e das funções ecológicas do território; 2.6 - Definir no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal a Estrutura Ecológica Municipal; 2.22 - Aprofundar o Plano de Ação Municipal para a Energia Sustentável (...); e 2.23 - (...) Criar a Plataforma Local do Clima (...).

Não podendo também deixar de referir, pela sua orientação para pessoas, no usufruto e na justiça ambiental, as linhas: 2.1 - Garantir a gestão pública e municipal do ciclo urbano da água; 2.2 - Defender, valorizar e manter na esfera pública os serviços de resíduos recusando a privatização da EGF/AMARSU; 2.8 - Potenciar as funções agrícolas do território (...) suportado em planos e modelos de transformação do território (...) que contribuam para a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

segurança alimentar, a conectividade ecológica e a coesão social (...); 2.11 - Alargar a Rede de Parques e Jardins Urbanos e o seu usufruto pela população; 2.21 - Prosseguir e aprofundar o programa de sensibilização, motivação e mobilização (da comunidade) (...), em torno de uma cada vez maior consciencialização em matérias ambientais e de preservação da vida e bem-estar animal (...); e 2.30 - Ampliar a Rede de Percursos de Natureza de Almada; Analisar o documento previsional dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, é em parte dar continuidade à avaliação da política municipal para o ambiente e a promoção do seu benefício à comunidade.

Por razões de tempo referirei o essencial:

- Antes de mais a afirmação das competências próprias do Poder Local, a defesa da cooperação intermunicipal como instrumento de superação dos desafios regionais e a garantia da gestão pública. Uma administração que procura maximizar o bem-comum, eficiente, comprometida com os utentes e com a garantia de acesso para todos, mas também com a valorização do trabalho, i.e. com os trabalhadores, sujeito indissociável da produção. No seu conjunto uma política comprometida com o bem-estar e a justiça social;
- Mas também o planeamento, uma orientação técnica sólida que dá garantias para o presente e o futuro da saúde e do bem-estar da nossa comunidade. Refiro-me ao Plano Estratégico de Abastecimento de Água, ao Plano Estratégico de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais, ao Plano de Segurança da Água, ao Plano de Racionalização de Consumos de Energia, aos Planos de Exploração operacional para 2014 das infraestruturas de água e saneamento, ao plano quadrienal 2014-2017 de formação dos trabalhadores, ao desenvolvimento de sistemas de qualidade em diferentes processos. Tudo isto seria apenas normal, se de facto, não fosse à frente no tempo, como demonstra a circunstância de muitos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

destes instrumentos constarem como objectivos técnicos a atingir no âmbito do Pensaar 2014-2020, o novo documento da Estratégia Nacional para o sector, ainda em preparação.

- No campo das ações concretas que visam a eficaz operacionalidade do sistema público de abastecimento, muitas mereceriam aqui ser referidas, mas destacarei apenas uma: a renovação das redes de água e saneamento em Almada Velha, pela sua imprescindibilidade e pela determinação que é necessária para por no terreno esta obra difícil, tão necessária, como incómoda, reclamando, desde já, desta Assembleia a solidariedade com este objectivo, a que não poderemos faltar;

- Por fim, mas fundamental a dimensão global do investimento previsto, 16,6 milhões de Euros. Apesar das dificuldades, os SMAS de Almada não claudicam ao “austeritarismo”, não se dobram perante a ditadura da “financeirização”, com que se pretende asfixiar o Poder Local Democrático e a sua opção gestão pública da água.

Sr. Presidente da Câmara

Sr. Presidente dos SMAS

É um privilégio estar sentado na bancada que é parte do projeto político que sustenta as propostas que agora apresentam a esta Assembleia. O caminho, faz-se caminhando, muito já percorremos e no sentido certo de novo o retomamos. É por aqui que vamos.”

6.4.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Paulo Viegas (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

No momento em que estamos a analisar as atividades que a Câmara Municipal se propõe fazer no território do Concelho durante o ano de 2014, o Partido Socialista não poderia deixar de se referir em relação a uma matéria cuja abordagem eu diria que merece algo mais do que ser colocada uma frase em cartaz de campanha e estou-me a referir concretamente em relação à questão das Augis. É um problema que nós temos no Concelho já de há muito



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tempo e isto nem sequer é em tom crítico, o Partido Socialista compreende a complexidade que envolve um processo desta natureza naturalmente que sim, mas efetivamente poderemos dizer que já sendo tempo para resolvermos definitivamente esta questão. E os Srs. propõem aqui finalizar as operações urbanísticas de reconversão, portanto nós achamos bem e no Relatório de Atividades teremos oportunidade de verificar efetivamente até que ponto esta questão foi resolvida.

Agora, a questão que eu queria pôr era um pouco mais de pormenor em relação a isto e que quando finalizarem esta questão destes processos deverão ter em conta e que se prende com uma situação muito concreta. Em áreas já consolidadas de Augis, acontecem situações de pessoas titulares de imóveis que pagaram todas as infraestruturas urbanísticas, pagam todos os seus impostos relativamente ao imóvel que possuem, mas eu diria têm todos os deveres mas não têm todos os direitos, porque foi-lhes imposto um ónus que está registado e que os impede em muitas circunstâncias de poder vender as próprias habitações. Ora bem, eu até compreendia que esse ónus fosse colocado enquanto decorria efetivamente a operação, porque aquilo fala em coisas terríveis, nomeadamente em demolição, que é uma coisa terrível, ninguém compra uma casa quando vê um registo, uma coisa lá escrita a dizer que aquilo pode ser demolido. E portanto até se compreendia enquanto decorria efetivamente a operação, porque de facto poderia ter que haver correções. Agora, nas áreas que já estão consolidadas, em que as pessoas pagam todos os seus impostos, pagaram todas as infraestruturas urbanísticas e que agora já não vai implicar com rigorosamente mais nada, as habitações que já lá existem eu penso que devem ter em atenção agora quando completarem o processo, que tenham em atenção e façam o levantamento desse ónus dos registos, porque efetivamente o que está a acontecer nem é uma questão política e muito menos uma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

questão partidária, é uma questão de justiça porque as pessoas estão a ser altamente lesadas com esses ónus que têm registados e averbados no registo.

Portanto, era para isso que eu queria chamar atenção, quando levarem isto a efeito que tenham muita atenção a essa questão porque é efetivamente uma questão de justiça.”

6.4.2.7 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós estamos a analisar um Plano e Orçamento na base de um Programa Eleitoral sufragado pelos almadenses, e pensamos nós CDU que o fundamental desse Programa está consignado nos vários eixos estratégicos do Plano e Orçamento. Não vou obviamente aqui colocar de uma forma desenvolvida até porque aquilo que nos propomos fazer, porque de alguma maneira e ainda bem que assim foi, quer na 1ª Comissão, quer já aqui até a propósito de outros fatores o Sr. Presidente da Câmara foi desenvolvendo argumentação que nos parece séria, coerente e de forma muito responsável. Nós ficámos a saber que o Partido Socialista está contra este Orçamento porque nós não aceitamos a diminuição do IMI; nós ficámos a saber que o Partido Socialista está contra este Plano porque nós não aceitamos a descida ou devolução do IRS na percentagem que propõem. Eu desconheço, pode ser que cometa uma injustiça e peço desculpa antecipadamente se assim o for, se o Partido Socialista entende de direito de oposição fez propostas para integrar no Plano. Porque eu estava na 1ª Comissão e fiquei, todos nós, presumo que todos nós, todos os eleitos nesta Assembleia, todos os Vereadores com Pelouros, sabem, conhecem a realidade do país, conhecem a realidade do Concelho e conhecem o aumento das profundas desigualdades sociais por força das políticas de que todos nós somos vítimas, uns mais, outros menos, é verdade. Ainda assim houve um Sr. Deputado que em sede na 1ª Comissão disse uma coisa muito interessante que eu valorizo pela seriedade da questão colocada, que é, onde é que a Câmara vai buscar



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dinheiro para cumprir os seus programas sociais. E portanto, nesta perspetiva alguém há de falar sobre o Orçamento, alguém vai desenvolver. Já tivemos aqui alguns apontamentos, mas eu gostava de colocar à vossa reflexão se sim ou não este Programa, este Plano que diria que há coisas que se vão concretizar em 2014, há outras que o serão ao longo dos tempos. O Sr. Presidente explicou isso de forma séria e creio que só por mesquinhez política ou partidarisse aguda é que nós não podemos ter isso em conta, mas ainda assim a questão que se coloca é sim ou não este Plano, tem por exemplo, mas questões do parque habitacional, sim ou não nas questões de continuar a aprofundar a sua participação ativa e não só de opiniões mas de verbas para o apoio social. Sim ou não temos aqui num Plano e Orçamento que contempla de forma exemplar, não a distribuição de dinheiro, aliás há uma Câmara ali para o Alentejo que agora está tudo processado porque os Srs. deram dinheiro para viajar, para ir a médicos. Bom, essas coisas não acontecem em Almada. E portanto o rigor a seriedade da gestão faz-nos dizer que apelamos efetivamente ao bom senso, porque mais do que afirmações partidárias no sentido de demonstrar porque é que se vota contra e aparentemente só votam contra por duas razões, eu não conheço nenhuma proposta, conheço é propostas que foram integradas conforme já foram explicadas de vários partidos que quiseram melhorar um Plano que não é só nosso mas que é dos almadenses.”

6.4.2.8 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu retomo as palavras da minha camarada e Deputada Municipal Luísa Ramos, nós estamos de facto a discutir as Opções do Plano e Orçamento para 2014, num quadro de um programa eleitoral que foi votado há poucos meses maioritariamente pela população do Concelho de Almada, e julgo que é nesse quadro que temos que colocar efetivamente a questão. E estas propostas que a Câmara Municipal nos traz hoje e que nos submete à apreciação e à



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

votação integram questões muito concretas e é sobre estas questões muito concretas para a vida coletiva do nosso Concelho que eu vos quero falar num domínio muito particular que é o domínio da cultura, do património, da atividade física e do desporto, do Movimento Associativo. E dir-vos-ia o seguinte:

As Opções do Plano e o Orçamento propostos pela Câmara Municipal integram, nos domínios da cultura, património, atividade física, desporto e movimento associativo, um amplo conjunto de opções que justificam a aprovação destes documentos por parte da Assembleia Municipal:

- O estudo para elaboração de uma Carta Cultural do Concelho de Almada. Proporcionará um conhecimento o mais rigoroso possível da oferta cultural do Município. Mais um importante passo no apoio municipal à criação e fruição cultural.
- Associado à Carta Cultural, o trabalho de conceção de um espaço de encontro e reflexão entre o município e os agentes culturais, reforçando os laços de cooperação e diálogo institucional, e potenciando sinergias ao nível da promoção da cultura, do saber e do conhecimento.
- A continuação da preservação e valorização do património material e imaterial do concelho, considerando a sua salvaguarda, recuperação e divulgação.
- A conservação da rede municipal de infraestruturas (recuperação, beneficiação e modernização de equipamentos e manutenção de elevados padrões de funcionalidade).
- A manutenção das programações regulares e de qualidade em todos os equipamentos municipais, reforçando a ação de promoção e divulgação culturais.
- O apoio à criação, produção e realização de eventos, desenvolvendo e potenciando Almada enquanto território de cultura e de criatividade, entre outros:
 - Festival de Teatro de Almada com a Companhia de Teatro de Almada;
 - Festival “Sementes” com o Teatro Extremo;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Quinzena da Dança/Plataforma Coreográfica Internacional com a Companhia de Dança de Almada.
- A valorização cultural da arte-xávega e o estudo da produção de um grande evento de promoção cultural diretamente associado à Frente Atlântica.
- Os incentivos municipais à criação literária e apoio à edição de autores locais, incluindo a criação de novos prémios de incentivo à criação cultural.
- A manutenção da oferta desportiva promovendo a saúde, lazer, e atividade física, incluindo a realização do “Troféu Almada” envolvendo clubes e instituições e associações locais.
- O acompanhamento ao processo do novo Complexo de Desportos do Grupo Desportivo dos Pescadores da Costa da Caparica e a concretização do processo de instalação do Centro de Alto Rendimento do Surf também na Costa da Caparica.
- O reforço dos laços de cooperação com o movimento associativo em geral, destacando-se a conceção e funcionamento de um gabinete de apoio à atividade do movimento associativo.
- O apoio à beneficiação, reconversão e ampliação de instalações associativas e a colaboração na realização de eventos de âmbito local, regional, nacional e internacional.

Estas são, em síntese, algumas das razões que a CDU entende justificarem plenamente o voto favorável à proposta que a Câmara Municipal aqui nos apresenta.”

6.4.2.9 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Os Planos de Atividades e Orçamentos que hoje discutimos nesta Assembleia, dão início a um novo ciclo de governação autárquica decorrente das eleições do pretérito mês de Setembro.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

São documentos que, à semelhança dos últimos anos, são apresentados num contexto de uma crise sem precedentes na história da democracia de Abril, crise que, como já referimos no ano passado (e que infelizmente a realidade nos deu razão), não apresenta sinais de melhoria num futuro próximo.

De facto, aquilo que se perspetiva para o ano de 2014 é o continuar de uma política de austeridade feroz, imposta pelo pacto de agressão da troika e submissamente posta em prática por este governo PSD/CDS, responsável pelo estado ruinoso da economia do país e pelo empobrecimento generalizado dos trabalhadores e dos pensionistas.

Nem mesmo os “ténues sinais de melhoria da economia”, tão badalados ainda há tão bem pouco tempo, se afiguram promissores de uma eventual tendência de inversão sustentada do ciclo recessivo, já que esta melhoria, convém frisar, consistiu numa ligeira subida da procura interna que, pasme-se, aconteceu após o acórdão do Tribunal Constitucional que devolveu aos trabalhadores os subsídios de férias que o governo tinha tentado roubar. Afigura-se, assim, que não são as políticas económicas deste governo as principais responsáveis pela ligeira melhoria na economia. Os principais responsáveis, curiosamente (ou não), são o combate a estas medidas injustas, penalizadoras e potenciadoras da pobreza, e o Tribunal Constitucional que deu razão a este combate!

Sras. e Srs. Deputados Municipais

O Orçamento do Estado para 2014, recentemente aprovado na AR e para já ainda não chumbado mas ferido de morte com o chumbo do Tribunal Constitucional à convergência de pensões, e a designada “reforma da administração pública”, continuam e reforçam o ataque ao Poder Local Democrático, à sua autonomia e à capacidade de concretização das suas atribuições e competências, com imposições de reduções cegas a diversos níveis e fortíssimas restrições à contratação de pessoal.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No caso concreto de Almada assiste-se ainda a uma redução nas transferências do Orçamento do Estado que se cifra em quase 450 mil euros.

Não obstante, em Almada, desagrava-se a carga fiscal em sede de IMI em 2,5%, desagravamento ligeiro é certo, mas sustentado e com a prudência que se impõe a uma gestão responsável para não colocar em risco a prossecução das atividades municipais nem o comprometimento sempre reafirmado de honrar todos os compromissos assumidos pelo município. No país acentuam-se os cortes salariais em 2014, agora a iniciarem-se nos salários de 675€ brutos mensais.

Continuam-se a isentar de derrama as pequenas e médias empresas cujo volume de negócios anual não atinja os 150 mil €. As mesmas PME's que, em 2014, verão o seu pagamento especial por conta em sede de IRC manter-se, caso não adiram ao regime simplificado.

Em Almada os juros da dívida municipal diminuem 36% globalmente (38% na CMA e 21% nos SMAS). No país a dívida externa ultrapassará em 2014 os 200 mil milhões de €, dívida mais elevada do que era antes da entrada da troika.

Em Almada prossegue-se uma política de investimentos contínuos, na ordem dos 28 milhões de euros entre CMA e SMAS. Persiste, igualmente, uma preocupação com a consolidação orçamental e com a contenção de despesas correntes, que permite, como reiteradamente tem acontecido, continuar a libertar receita corrente para investimento. No país... bem, no país simplesmente desinveste-se.

Sras. e Srs. Deputados Municipais.

Os Planos de Atividades e Orçamentos da CMA e dos SMAS, agora presentes a discussão, são documentos onde a sustentabilidade é clara e inequívoca. Sustentabilidade forjada em mais de 30 anos de uma política séria, conseqüente e responsável.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Onde os orçamentos dão corpo e substância às atividades propostas, garantindo a sua prossecução na íntegra.

Onde se prossegue uma política de responsabilidade social.

São documentos sérios, rigorosos e exigentes, que porão seguramente à prova a capacidade de todos os que irão intervir na sua execução - trabalhadores, dirigentes e eleitos.

Mas estamos firmemente convictos que com o profissionalismo, dedicação e empenho de todos, continuamente demonstrados ao longo dos anos, os desafios que nestes documentos se inserem serão sem sombra de dúvidas ultrapassados.

Em prol de Almada e dos Almadenses e na defesa do Poder Local Democrático, pilar fundamental da democracia de Abril!”

6.4.2.10 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Embora recentemente tenham feito soar as trombetas anunciando que a retoma económica estava aí ao virar da esquina, todos sabemos que 2014 será um ano mais difícil que o que agora termina. Bem pode o vice-primeiro-ministro Paulo Portas inaugurar relógios com contagens decrescentes que terminam numa suposta despedida da Troika, que a realidade se apressa a desmenti-lo e, todos os dias, temos indícios de que por vontade deste Governo a austeridade está para durar e o que importa mesmo é o empobrecimento generalizado da população portuguesa.

É o próprio Draghi quem o afirma, e não nos surpreendeu: o ajustamento vai durar décadas e a seguir ao programa da Troika haverá política da Troika com Tratado Orçamental, Programa Cautelar ou sucedâneos. O resultado é sempre o mesmo, empobrecemos porque ajustamos, ajustamos porque empobrecemos. A austeridade é um fim em si mesmo e é o objectivo último deste Governo.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Enquanto isto acontece, os mais ricos, os donos das grandes fortunas que, no fundo, são também os donos de Portugal, veem as suas fortunas aumentarem a cada dia que passa. Swaps, BPN, submarinos, parcerias publico-privadas... é hoje, talvez mais do que nunca, evidente que não há falta de dinheiro. O que há é uma péssima distribuição da riqueza que todos os dias produzimos.

Terminamos 2013 a saber que batemos recordes de emigração, que cada vez nascem menos crianças, que os números do desemprego atingem níveis históricos.

Almada não escapa a este cenário. Os desafios que enfrentamos afiguram-se ainda maiores se pensarmos nos números saídos das últimas eleições. Os cerca de 60% registados pela abstenção demonstram um desencantamento e desilusão que, no limite, poderão colocar em risco a própria Democracia.

Sendo as Autarquias os órgãos de poder que mais próximo estão das populações, capazes de perceber os seus problemas concretos, deve o seu papel ser defendido e, em várias matérias, ampliado. Temos visto que também o Poder Local não escapa à fúria “austeritária” que tem norteadado o Governo PSD/CDS. A extinção/agregação de Freguesias é o sinal mais claro disso mesmo. A anunciada repetição da fórmula no que se refere aos municípios só nos pode deixar de sobreaviso.

Na discussão que hoje fazemos sobre as Opções do Plano e Orçamento para 2014, o Bloco de Esquerda não deixará de reconhecer a postura dialogante assumida pelo senhor Presidente da Câmara. É um sinal que valorizamos enquanto partido da oposição com uma postura atenta, crítica e sempre construtiva.

No âmbito do debate sobre este Orçamento e Plano, e como não podia deixar de ser, o Bloco apresentou propostas concretas que julgamos serem contributos para melhorar a vida



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dos almadenses neste momento difícil em que o desemprego, a pobreza e os baixos salários marcam o drama de tantas famílias.

Estas propostas não são novas, pertencem ao nosso programa e algumas já foram apresentadas em anteriores mandatos e têm vindo a fazer o seu caminho e a fazer diferença para milhares de almadenses. Destas, destacamos:

- ✓ O reforço financeiro do Plano de Emergência Social.
- ✓ As medidas previstas em relação aos bairros mais degradados, nomeadamente a previsão de construção de habitação social.
- ✓ As Opções Participadas para recuperação do parque habitacional da Câmara.
- ✓ O apoio às famílias que perderam a casa ou estão em risco de ser despejadas.

Para além da resposta à emergência social e defesa dos serviços públicos, onde incluímos propostas como a extensão do Flexibus, apresentámos também medidas de dinamização da economia local, como a dinamização dos mercados municipais, e propostas para aprofundar a democracia e participação locais.

Acreditamos que a austeridade se combate também com mais democracia, com capacidade de envolver as pessoas nas decisões que lhes importam, sobre a sua rua, sobre o seu bairro, sobre a sua vida.

Sobre esta matéria está quase tudo por fazer no concelho de Almada, mas não deixaremos de concretizar propostas agora e no futuro para que a participação democrática seja cada vez mais um instrumento contínuo e permanente de exercício da cidadania e do poder democrático.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados,

O Bloco de Esquerda acredita que o poder local deve ser uma trincheira da luta contra a austeridade. Com todos os instrumentos que estiverem ao nosso alcance, temos a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

responsabilidade de estar ao lado das nossas populações, da enorme maioria empobrecida e expropriada nos seus salários, pensões, serviços públicos, estado social... tudo em nome dos mercados financeiros e de uma dívida pública impagável.

O Orçamento e Plano da CMA são alguns dos instrumentos que devem estar totalmente ao dispor da melhoria de vida das nossas populações. O Bloco de Esquerda considera que este Orçamento e Plano cumprem esse critério em muitos aspectos, mas perante a responsabilidade do tempo histórico, podia ser mais e melhor. Por estas razões, o Bloco de Esquerda abster-se-á nesta votação.

Estaremos atentos sobre o seu cumprimento e tentaremos ser justos na hora de fazer o balanço, sabendo que os grandes avaliadores das políticas que aqui viabilizamos serão os almadenses.”

6.4.2.11 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Gostaria de conhecer aqui uma dúvida que é a seguinte, nas linhas de orientação na página onze, é referido “prosseguir as diligências junto do Governo, tendo em vista exigir a extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica, à Trafaria e à Charneca de Caparica”. Mais à frente na página dezoito, diz o seguinte: ponto 3.19 “construção das linhas do Metro Sul do Tejo, até ao Seixal, Barreiro e Moita e depois, prolongamento à Costa da Caparica, à Cidade da Água e à Charneca da Caparica”. A Trafaria? O que é que aconteceu? Penso que é um erro, porque num lado refere a Cidade da Água, do outro lado refere a Trafaria. Devemos colocar as duas coisas quer num lado quer noutro? É só uma sugestão.”

6.4.2.12 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Este conjunto de documentos que estamos agora a debater e a analisar e que iremos votar, necessariamente marcam o início de um ciclo, um ciclo que começou nas últimas eleições autárquicas, a partir do momento e nesse mesmo momento em que os cidadãos foram chamados a dar a sua opinião e a tomar a sua decisão sobre aquilo que queriam que fosse o destino da nossa terra nos próximos quatro anos, e nesses mesmos quatro anos, deram a responsabilidade a uma maioria que nós respeitamos, deram a legitimidade a um conjunto de autarcas para liderar um projeto autárquico, mas deram também a responsabilidade a todos nós de diferentes Partidos com diferentes visões, com diferentes missões e sobretudo com diferentes programas para em conjunto podermos debater aquilo que entendemos que pode ser o presente e o futuro daquela que é a nossa terra.

Hoje já aqui falou-se de Portugal, do papel de Portugal no mundo, do papel do Governo em relação ao País, nós queremos falar sobre a nossa terra, sobre o futuro da nossa terra e sobre aquilo que a Câmara e os documentos autárquicos podem e devem fazer para construir um melhor futuro naquela que é a nossa paixão, a nossa missão e a nossa responsabilidade que é Almada e só Almada.

E portanto, gostaria de em primeiro lugar dizer que o PSD para este exercício como para todos os exercícios no passado sempre teve uma postura séria e responsável e de abertura para apresentar propostas concretas dentro daquilo que é a sua própria visão de desenvolvimento do nosso Concelho, respeitando e tendo a consciência de quem governou, quem governa e quem tem a responsabilidade de assumir do ponto de vista executivo esse projeto, mas tendo também a noção de que existiu uma vontade popular que estivesse representado seja na Câmara, seja na Assembleia Municipal, outras forças partidárias que têm a missão e têm a obrigação de apresentar propostas concretas em relação àquilo que é também o seu entendimento que deve ser o projeto de desenvolvimento do nosso Concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

E portanto, dar nota que no PSD apesar de não termos responsabilidade executiva na autarquia, entendemos que temos responsabilidade objetiva na apresentação de ideias, de propostas e de procurar na dialética democrática, tentar fazer com que se possam introduzir muitas das nossas visões, das nossas propostas, daquilo que entendemos nós, pode melhorar a intervenção autárquica e pode melhorar o dia a dia da vida dos nossos cidadãos. E foi isso que procurámos fazer no processo que e bem, o Presidente da Câmara e o Executivo chamou a si no sentido de procurar ouvir a opinião dos diferentes Partidos, foi isso que procurámos através dos Vereadores na Câmara Municipal e sempre que houve reuniões no sentido de apresentar a nossa visão e procurar introduzir um conjunto de questões que para nós são importantes que sejam tidas em conta no processo de construção de um modelo de governação para o nosso Concelho, com uma premissa de partida que nós nunca escamoteamos e que deve ser tido em consideração. Ao contrário daquilo que aqui também já foi hoje dito, apesar das dificuldades que todos vivemos, apesar de termos consciência que todo o País se está a ajustar a uma realidade que seja mais pragmática dentro daquilo que somos enquanto País que cria a riqueza que cria, Almada e a autarquia não teve nem tem felizmente para já, nenhum problema de desequilíbrios, felizmente tem uma situação económico financeira estável e positiva, mas essa situação económico financeira estável e positiva deve permitir que sejamos mais audazes na capacidade de construir soluções também elas mais audazes que permitam construir um modelo de crescimento que possa depois ser colocado ao serviço do dia a dia dos cidadãos. Entendemos que é positivo voltarmos a ver no Orçamento de 2014 capacidade de alocar verbas para investimento e estamos a falar de um saldo de aproximadamente doze milhões de euros. É positivo percebermos que do lado da receita, e ao contrário daquilo que aqui foi dito, não há nenhum problema estruturante ou uma hecatombe do lado da receita que permita ou ponha em causa a execução de um no



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Concelho e para a autarquia, estamos a falar do ponto de vista de receita total sensivelmente de setenta milhões de euros com um abatimento não chega a quatrocentos mil euros. Estamos também a falar de uma situação onde do lado da despesa corrente continuamos a ter uma evolução não negativa, apesar de haver um aumento se calhar superior àquele que seria desejável no nível das despesas correntes, estamos a falar de um aumento de 2.3 milhões de euros, sendo que apenas novecentos mil euros são explicados no lado da despesa com pessoal que todos nós percebemos o porquê dessa mesma atualização, mas ainda assim era algo que convinha ter em atenção de forma a garantir que no futuro estes equilíbrios que todos saudamos não sejam colocados em causa, mas ainda assim e tendo por base este ponto de premissa e ponto de partida, o PSD desde o início quis participar como sempre quis participar com ideias concretas. E procurando sistematizar mas sobretudo procurando evidenciar aquelas que para nós são mais relevantes, deixar claro e foi isso que dissemos ao Sr. Presidente nas diversas reuniões que tivemos ocasião de participar, que para nós o crescimento económico não é um chavão, não é um objetivo estratosférico nem é algo que seja técnico. O crescimento económico permite ajudar os cidadãos, porque a riqueza pode ser induzida na qualidade de vida das pessoas no dia a dia. E portanto, quando nós falamos na atração de investimento, no apoio à criação de empresas e de emprego, na criação de processos que ajudem que o Município seja mais amigo de quem procura investir, de quem quer criar uma empresa e de quem quer criar um projeto que permita criar valor no nosso Concelho, tudo isso pode ter consequências em tudo aquilo que é a vida social, naquilo que pode ser a coesão social e naquilo que pode ser o dia a dia da qualidade de vida dos nosso cidadãos. E quando o PSD apoiou e apresentou um conjunto de medidas do lado do apoio às empresas, seja do lado da fiscalidade municipal, que no nosso entender poderíamos ter ido mais longe na questão da Derrama, seja naquilo que deve ser o princípio



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de atração de investimento que deve ser colocado em prática na divulgação do Concelho, das qualidades e das características que temos à disposição para quem queira criar uma empresa e olha para a Área Metropolitana de Lisboa e tem que decidir se quer situá-la em Almada, em Oeiras, em Cascais, em Sintra e nós queremos que seja em Almada, porque pode criar emprego. Seja porque nós desejamos que uma empresa que se quer sediar nestes Concelhos ou nalgum destes Concelhos, não pode, não quer, nem vai estar à espera dois, três, quatro anos para que a Câmara decida o seu processo, ajude e apoie à criação desse projeto de investimento e tudo aquilo que nós desejamos é que a Câmara seja amiga de quem quer investir, porque a partir do momento que se é amigo desse empreendedor, esse amigo da criação de emprego, esse amigo da criação de riqueza e tudo isso vai influenciar por um lado as receitas camarárias e por outro a qualidade de vida dos cidadãos. Mas também e por isso propusemos para este Orçamento que se planeasse, estudasse e procurasse concretizar um verdadeiro parque empresarial e tecnológico no Concelho de Almada, associado àquilo que é uma cidade do saber, que é uma Faculdade de Ciências e tecnologia no Monte de Caparica, é uma proposta de há muito tempo nós sabemos, do PSD, é uma proposta que vemos algum acolhimento nas linhas de orientação e que esperamos ver resultados práticos mais que não seja na reflexão e na concretização de um plano de investimento, seja na expansão do Madan Parque, seja na concretização do Parque Empresarial e Tecnológico da Caparica, mas que para nós é essencial porque também não podemos acenar com a bandeira do investimento e da atração de investimento e não temos condições para fixar aqui as empresas da melhor forma como necessariamente todos nós desejamos.

Uma segunda bandeira para nós também é a revitalização dos espaços públicos, a revitalização e o apoio ao comércio local, porque há algo que para nós é essencial e deve ser reconhecido, há muita gente que vive no Concelho de Almada, mas há muita gente que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

não vive o Concelho de Almada. Não vive a realidade das nossas ruas, não vive a dinâmica dos nossos espaços culturais, dos nossos espaços associativos, daquilo que é a vivência dos nossos bairros e a vida que Almada e a força da nossa comunidade nasce e pode e deve crescer na nossa capacidade de devolvermos vida às nossas ruas, de devolvermos estímulos para que as pessoas circulem, consumam, convivam com o seu vizinho no seu espaço e no espaço público e essa revitalização das nossas ruas, a revitalização e o apoio ao comércio local é fundamental para devolvermos motivos para que as pessoas queiram e desejem viver Almada. E portanto, foi também uma das visões e das propostas que procurámos apresentar nomeadamente naquilo que deve ser a dinamização de iniciativas de rua, o apoio em conjunto com a Associação do Comércio a iniciativas que divulguem os produtos e as lojas do comércio tradicional bem, como um projeto estruturado de requalificação dos espaços públicos. Para além disso, apostamos e apresentamos a questão de o lado da habitação naquilo que diz respeito ao arrendamento. Almada na sua estrutura e no conjunto de população jovem que tem, deve ser dos poucos Concelhos ao nível nacional que não tem um programa direcionado para o mercado de arrendamento jovem. E entendemos nós que pode e deve até no esforço que tem sido feito com as áreas de reabilitação urbana, que se criem mecanismos de apoio e estímulo, forma de se estimular e dar mais incentivos ao mercado de arrendamento jovem. Bem como aquilo que para nós é fundamental que exista que é um projeto transversal de desenvolvimento do nosso território. E para isso voltamos a insistir numa proposta que colocamos nos cartazes porque sempre foi uma proposta concreta e objetiva do PSD. Deve existir um plano estruturado com critérios de calendário em relação aos processos de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal. Para nós é algo que há dezenas de anos continuam de forma penosa a participar nesses processos, mas é algo que se for estruturado pode perfeitamente num mandato autárquico, e estamos no início de um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ciclo, devemos ter essa ambição para este mandato ser concluído, podemos e devemos concretizar esse processo de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal e por isso ficamos satisfeitos também por ver algum acolhimento dessa nossa proposta neste documento. Outra questão que nós falamos e que para nós é essencial que seja tida em conta, é a questão da ligação de Almada ao rio, bem como a vida de Almada em conjugação com as potencialidades naturais que tem. Seja do lado do rio, seja da Frente Atlântica, de forma a assegurar que os processos de reabilitação e de requalificação não param. Iremos falar certamente na questão do Polis e nós estamos à vontade, apesar de estarmos no Governo somos conscientes em relação àquilo que deve ser um projeto de requalificação estruturante, com Sociedade CostaPolis ou com outra solução qualquer, mas a requalificação tem que ser concretizada, mas aquilo que nós todos enquanto autarcas, o Município enquanto representante do sentido da população deve encontrar mecanismos de devolver as ligações que a nossa terra tem quer com a Frente Atlântica, quer com a Frente Ribeirinha e que manifestamente ao longo dos anos não tem sido providenciado e potenciado. E portanto entendemos nós que também devem ser desenvolvidos um conjunto de mecanismos para rapidamente as pessoas sintam na sua vivência que a sua ligação com o rio Tejo, mas também com o Oceano Atlântico começa a ser o mais vivido com qualidade de vida e com fatores que realmente lhes permitam “vender” as boas qualidades naturais que temos e as condições de acesso que hoje em dia manifestamente não existem.

Deixar também claro que outras áreas com que nos batemos muito diz respeito à questão da cidadania, da informação municipal, mas também da relação das estruturas municipais com o cidadão no dia a dia. Seja do lado da informação, porque entendemos que os mecanismos existem e devem ser potenciados para servir, por isso também ficamos satisfeitos por ver aparecer o conceito da Loja do Município mais disperso, junto das Juntas de Freguesia, era



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

algo que há muito tempo também vínhamos defendendo e ficamos satisfeitos por ver no documento isso mesmo retratado. Mas também algo que para nós é essencial que toda a gente sabe, também estava nos nossos cartazes, nós entendemos e defendemos a extinção da ECALMA. Claro que percebemos que há aqui uma opção estratégica que nos divide, sabemos perfeitamente que era impossível chegarmos a acordo em relação a essa matéria, mas é algo que penso que houve acolhimento e esperamos que haja consequência, que é um princípio de humanização, de pedagogia, de relação de proximidade e de maior confiança que tem que ser incutida a uma empresa enquanto existir, pelo menos enquanto for essa a vontade de uma maioria, apesar de tudo não pode deixar de existir do ponto de vista de relação com o cidadão, porque é isso que tem minado necessariamente a relação da empresa municipal de estacionamento com os almadenses, é a falta de pedagogia, muitas vezes dualidade de critérios, manifestamente mais ação repressiva do que fiscalização preventiva ou pedagógica e é algo que nós entendemos que deve ser revisto rapidamente, porque se a vontade da maioria como parece existir é continuar a defender a existência da ECALMA enquanto tal, necessariamente a ECALMA tem que repensar aquilo que é o seu posicionamento em Almada junto dos almadenses.

E portanto, não querendo ser muito exaustivo, mas deixar aqui um conjunto muito concreto de posições que apresentamos ao Executivo, deixar claro que temos consciência de que estamos a falar de um primeiro ano de exercício de mandato, estamos a falar de um Executivo que foi legitimado há pouco tempo pelos cidadãos. Estamos a falar de um Executivo que demonstrou de uma forma que deixam-nos dizer com sinceridade uma abertura positiva em relação às propostas que foram apresentadas, se bem que eu gostaria de fazer em nome do PSD essa ressalva, gostaríamos nós de ver para além das linhas de orientação estratégicas onde realmente vemos um conjunto alargado das nossas propostas finalmente descritas de forma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

concreta e objetiva, que depois houvesse alguma tradução, seja no Plano Plurianual de Investimento, seja no Plano de Atividades Municipal de forma a que percebamos realmente em 2014 vamos poder ver nascer muitas daquelas que foram as nossas bandeiras, as nossas ideias, as nossas propostas e aquilo que entendemos que pode ser útil para a vida dos almadenses. Infelizmente não vemos as dotações orçamentais que gostaríamos de ter visto, não vemos o calendário de execução que gostaríamos de ver de forma objetivamente apresentada para termos a consciência e a certeza que muito daquilo que defendemos poderá vir a ser feito, mas apesar de tudo e pela postura, pela abertura e pela forma como vem finalmente reconhecidas como necessidades e como opções a ter em conta, entendemos que deveremos dar um voto de confiança, mas votando contra aquilo que são as linhas de orientação e o orçamento para 2014 da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Almada.

Mas com esta nota que para nós é essencial, é que nós temos uma ligação e essa sim é a nossa única coligação com os almadenses, com o seu sentido, com a sua vontade, com aquilo que é a sua ambição enquanto cidadãos que querem o melhor para a sua terra, quando fizemos estas propostas foi de forma positiva, porque entendemos que apesar de não termos a responsabilidade objetiva, temos a responsabilidade de apresentar as nossas ideias e tentar construir as melhores soluções. Mas queremos vê-las implementadas e cá estaremos durante o ano de 2014 para fiscalizar a sua execução. E aquilo que estamos a apresentar é um voto de confiança de quem respeita o ato eleitoral que acabou de acontecer, quem respeita uma maioria que necessariamente foi legitimada pelo voto, de quem respeita as regras do jogo democrático, mas de quem percebe que também tem responsabilidades para participar de forma positiva nesse mesmo jogo, com a certeza de que se formos necessariamente brindados pela positiva com a sua execução, cá estaremos para renovar um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

conjunto de outras propostas e se calhar outros votos de confiança, mas se isso mesmo não acontecer, cá estaremos também para pedir responsabilidades sempre coligados com o melhor interesse dos almadenses que é isso que nos move.”

6.4.2.13 - O Sr. Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu trazia aqui umas pequenas notas para falar sobre o eixo prioritário um, que é o eixo que se refere ao planeamento estratégico, ordenamento e gestão do território, desenvolvimento socioeconómico, mas a intervenção do Sr. Deputado Municipal Nuno Matias suscita-me desde já algumas questões.

A primeira é que eu não quero falar sobre Almada, não. Eu sou Deputado de Almada, mas sou acima de tudo português. E embora considere que este Concelho felizmente para todos nós, tem sido um Concelho extremamente bem gerido e aqui até posso falar sobre o eixo prioritário um e a importância do PDM na gestão que tem ocorrido neste Concelho, embora considere isso, eu não me esqueço do resto do País e nem me esqueço da influência que outros atores têm sobre este Concelho. Isto não é a república popular de Almada, por muito que a gente pense que pode ser, para alguns. Nós somos todos afetados e de várias maneiras. Aliás, é fácil, basta ir ver os movimentos pendulares que se fazem neste e noutros Concelhos, este Concelho até nem é daqueles que tem mais movimentos pendulares como em outros Concelhos, mas muita gente, muita gente mesmo vive aqui e trabalha noutro Concelho. Aliás, esta é a vida das Áreas Metropolitanas, é assim. Portanto eu como Deputado Municipal recuso-me a falar só sobre Almada. Eu estou aqui para falar sobre Almada e sobre o País. E para falar sobre as influências que outros agentes neste caso o Governo têm sobre a vida dos munícipes do meu Concelho. Eu não tenho dúvidas nenhuma que se hoje muita gente neste Concelho e neste País vive mal, é graças à intervenção deste



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Governo. Legítima, perfeitamente legítima, do meu ponto de vista promete uma coisa e faz outra, mas quanto ao resto isto é uma questão que democraticamente naturalmente será resolvida na devida altura, mas com a qual discordo completamente, completamente. E aliás os níveis de desemprego, os níveis de fome, os níveis de miséria, os níveis de emigração, os níveis de desespero que se vivem hoje neste País são bem elucidativos da atuação nefasta que este Governo tem tido e portanto eu percebo, eu percebo porque é que o Deputado Nuno Matias faz isto, é evidente, interessa. Aqui fala só sobre Almada, sobre o buraco nas ruas, o candeeiro que falta ali, eu acho isso tudo muito importante e não deixo de relevar, mas não vou esquecer do resto, e enquanto eu for Deputado falarei sempre sobre o resto e a importância que o resto tem na vida do meu Concelho.

A questão que eu trazia aqui era o Planeamento Estratégico, e o Planeamento Estratégico leva ao quê? Ele tem aqui várias linhas de orientação, uma delas que eu acho extremamente importante, é sem dúvida a questão da revisão do PDM. Eu acho que a qualidade do desenvolvimento do Concelho de Almada e não vou aqui dizer se é o melhor se não é o melhor, isso não é importante, mas a qualidade reconhecida pelo desenvolvimento de Almada, do meu ponto de vista deve-se ao trabalho dos autarcas neste Concelho ai há trinta anos atrás, autarcas, técnicos, todos aqueles que participaram na feitura do PDM. O Plano Diretor Municipal é fundamental, o Plano Diretor Municipal que temos no Concelho de Almada é fundamental para a qualidade de vida que aqui temos. É ele que no fundo define a ocupação do solo e definiu a ocupação do solo ao longo destas décadas, e permitiu que nós chegássemos aqui, chegássemos ao nível que chegámos hoje. É este Plano Diretor Municipal que define o que é que é privado, quais são as várias intervenções que se fazem, ou diria quase em cada metro quadrado deste Concelho. E a importância deste Plano Diretor Municipal, a forma como ele permitiu defender este Concelho ao longo destas últimas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

décadas leva-se a não me esquecer do trabalho que outros fizeram quando se iniciou o PDM, e por isso mesmo esta fase que agora aqui se fala, a fase da revisão do PDM é extremamente importante. Da mesma forma que é muito importante obviamente os outros planos de ordenamento como é o desenvolvimento do Plano de Urbanização de Almada Nascente, de Almada Poente, o Plano Estratégico da Costa da Trafaria, o Plano Estratégico da Costa da Caparica, outros Planos de Pormenor, as intervenções nas Augis também são extremamente importante. É evidente que ainda há problemas para resolver em Augis, mas não podemos esquecer o enorme trabalho que já foi feito ao nível das Augis. O enorme trabalho e os problemas que já foram resolvidos ao nível das Augis. Ainda há problemas para resolver? Há. Têm que ser resolvidos? Têm. Há injustiças em relação a alguns destes territórios? Existem. Resultam do quê? Resulta da fase das Augis ter desenvolvido quando não havia PDM. E obviamente que a seguir surgiram os problemas e teve que se encontrar soluções para eles e enfim cada Augi na maior parte dos casos é um problema e deve ser resolvido. Da mesma forma que este eixo prioritário refere outras intervenções que achamos extremamente importantes e nomeadamente a requalificação da Estrada Nacional 377. A necessidade de uma estrada que era uma estrada nacional, que ao longo dos anos houve uma vila que se desenvolveu ao longo daquela estrada e que agora é preciso transforma-la não numa estrada no sentido clássico, mas numa estrada que é uma estrada digamos que um arruamento, tem que se transformar num arruamento, um arruamento com qualidade onde as pessoas possam circular com segurança, onde a qualidade de vida não se degrade que é o que acontece muitas vezes nestes espaços em que há confluência entre a vida urbana e a vida daqueles que se deslocam para outros locais.

Portanto, nós achamos que este eixo é um eixo extremamente importante, apostamos muito no trabalho que aqui vai ser desenvolvido, vale a pena perceber o investimento que este



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Município faz nesse eixo prioritário, vale a pena ir ver ao Plano de Investimento as verbas que lá estão consideradas para este eixo e elas são bem demonstrativas da importância que ele tem para nós. Quando por exemplo, vale a pena referir isso, hoje ao nível central a grande questão que se coloca é obviamente acabar com tudo isto. Planos? Planos para quê? A iniciativa privada resolve os problemas. PDMs? Planos de Urbanização? Planos de Pormenor? Isso são coisas que são ultrapassadas. A nota que eu queria deixar aqui é aquela em torno do qual estávamos a falar, é a importância que tem para o desenvolvimento deste Concelho o facto de termos um Plano Diretor Municipal e o facto de termos Planos de Urbanização, que permitam balizar as intervenções dos privados. Permitem balizar, não é quantar, nada disso, é apenas balizar, procurando-se colocar sempre acima do interesse privado o próprio interesse público.”

6.4.2.14 - O Sr. Deputado Municipal Daniel Sobral (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Está bem presente nas Opções do Plano de 2014 a linha de continuidade do projeto de Almada, de apoio à juventude e de apoio à educação. A educação é um ponto fulcral deste Executivo que aqui está bem expresso, com a construção da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância na Charneca de Caparica. Com a manutenção e desenvolvimento e aperfeiçoamento das Escolas do 1º Ciclo e Pré-escolar. O projeto de educação ao longo da vida que tem como objetivo a formação e educação nos adultos. A garantia dos transportes escolares aos alunos do 1º Ciclo. A parceria com o Polo do Ensino Superior do Concelho. A garantia e execução da ação social para os alunos do 1º Ciclo. Todavia sendo a educação essencial, o apoio à juventude também passa por outras linhas de ação, como a promoção e apoio dos projetos e ações de estímulo ao debate e à participação ativa dos jovens na sociedade, criação de locais de estudo em período alargado, contribuir para o desenvolvimento



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de novas modalidades desportivas, a construção de novos equipamentos desportivos municipais, a promoção e apoio à realização de iniciativas de fomento ao emprego jovem. Por outro lado, é de louvar a continua exigência ao Governo das condições necessárias que permitam uma qualificação e requalificação das instalações das escolas do Concelho, assim como a sua ampliação através da construção de um pavilhão desportivo.

Paralelamente à exigência, a exigência passa pela necessidade de criação de políticas de efetivo apoio ao emprego jovem, assim como a maior abrangência do projeto da Porta 65.”

6.4.2.15 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Obrigado aos Srs. Deputados pela contribuições que deram ao longo do debate, só alguns apontamentos procurando naturalmente dar resposta sem a pretensão de conseguir que fiquem todos ganhos pelos esclarecimentos que tentarei dar.

Uma questão importante que desde o início tem marcado o debate do Orçamento, começou e começou a ser discutida ainda antes da apresentação da proposta do Orçamento, teve de facto a ver com a receita. E nessa matéria é importante dizê-lo, que na reunião que fizemos com a delegação do Partido Socialista houve algum cuidado da parte do Partido Socialista de nos ter dito que o Orçamento padecia do chamado pecado original. E pecado original tinha a ver com a discordância sobre a gestão da receita. Mas o facto é que não vemos, até agora, nenhum motivo para alterar aquela que foi a nossa posição no momento em que tivemos que definir qual a taxa de IMI que teríamos que comunicar ao Governo Central, e quando tivemos que nos pronunciar porque havia uma proposta nesse sentido em relação à questão do reembolso do IRS. Aliás, se alguma coisa nos deverá levar a refletir, no sentido de que foram justas as cautelas que tomámos nesse momento, porque o facto é que apesar dos nossos esforços a receita previsível para este ano é uma receita que ficará pelos setenta e sete



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

milhões de euros, quando o ano passado o ponto de partida foi oitenta milhões de euros e ainda fizemos depois um reforço para os oitenta e dois milhões de euros. Mas o ponto de partida foi, o ano passado de oitenta milhões de euros e este ano para confortarmos os setenta e sete milhões de euros previstos, tivemos que introduzir na receita uma rubrica prevendo a possibilidade de venda de património avaliado em cerca de três milhões de euros. Naturalmente que nós temos e é aí que os Srs. Deputados se tem fixado, nós temos um saldo de gerência interessante, temos um saldo de gerência que foi construído ao longo de anos de uma boa gestão e que praticamente desde o final dos anos oitenta nos tem permitido gerir este município sem sobressaltos. O saldo de gerência que ronda atualmente os vinte e sete, vinte e oito poderá ir aos trinta milhões ou pouco menos, por vezes vinte e seis milhões de euros. Mas esse saldo de gerência só estará disponível após a aprovação das contas em abril. As contas têm que ser aprovadas em abril, e só nessa altura, através de uma revisão orçamental poderemos utilizar esse saldo de gerência. E isto num contexto em que se por exemplo estivermos na disponibilidade de enfrentar um grande desafio, um grande desafio de investimento para o nosso Concelho, a nossa capacidade de endividamento embora tenhamos boas contas, em virtude do Orçamento de Estado e das normas do Orçamento do Estado para 2014, fica reduzida aos oito milhões de euros. Portanto, o tal grande investimento está desde logo limitado pelas circunstâncias em que nós estamos bem no quadro do Poder Local Nacional, comparando com o panorama nacional com que nós nos defrontamos. E é esta a realidade. E portanto, podemos dizer que foi justa a decisão que tomámos por maioria aqui em novembro relativa à questão da receita, à questão da devolução do IRS em relação à questão da taxa do IMI, e em relação à Derrama porque também nessa altura nos pronunciamos acerca disso. E até acho isto, o facto de uma receita que apesar de tudo é significativa para as autarquias, são as receitas do IMI, se é previsível



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a sua extinção progressiva, o que significará em termos do Mandato também o montante de alguns largos milhões de euros de receita que se perdem. Na sua acumulação ao longo dos anos, 2014, 2015 vai-se perdendo até acabar, somando àquilo que se perde, são mais uns largos milhões de euros. E a mesma coisa em relação às questões da Derrama, que apesar de estarem em queda, fruto da atividade económica, também e não só da redução e das isenções de taxa que nos são introduzidas, também significa uma perda de receita. E por isso, e nós tivemos a ocasião de explicar tudo isto. Os Srs. Deputados Municipais têm por sua formação, por dever das suas responsabilidades de estarem informados em relação a estas matérias, têm esse dever, estarem informados e procurarem informação em relação a estas matérias. E naturalmente acreditamos que quando fazem opções de voto, têm presentes estas matérias. E por isso há coisas que nos é difícil compreender. Porque se há coisa que nós devemos aprender é com a nossa experiência. E a experiência das políticas que levaram à situação do País, devem ser tidas em conta, em todos os aspetos. Nós devemos aprender com elas, em todas as suas dimensões. Em termos das chamadas opções nós aqui dizemos de classe, também em torno das opções de governação que estiveram mesmo quando as opções de classe possam ser as mesmas. E por esse caminho nós não podemos ir. Nós temos que assegurar a estabilidade e a sustentabilidade da gestão do Município de Almada. É esse o nosso primeiro dever para com os nossos munícipes. E nesta situação de enorme turbulência, de incerteza nós não podemos dizer que a política do Governo vai num determinado sentido e depois atuarmos como se vivêssemos noutra planeta. Não pode ser. Não podemos estar depois a induzir despesa ou então a propor coisas sem fazer contas e entretanto retirar a possibilidade de financiar essas ditas despesas. É esse apelo que faço ao Partido Socialista. Porque é necessário que suba o seu grau de responsabilidade na sua intervenção municipal. Todos ficaremos a ganhar com isso. E continuamos empenhados em



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que o Partido Socialista contribua de uma forma construtiva para a gestão do nosso município. Estamos profundamente empenhados nesse sentido. Mas é necessário que o Partido Socialista seja capaz de dar algum pequeno passo nesse sentido. E lamento que a posição que pretende tomar nesta votação seja esta por estes motivos que invocou.

Em relação às restantes questões, não são questões que nos dividem substancialmente como se verificou, o que poderá é haver diferenças em relação aos ritmos, mas tudo isso é nossa intenção procurar diminuir o grau de divergência mantendo uma gestão aberta e participada em relação a todos os eleitos e também em relação às nossas populações. E portanto, à medida que as ações venham a ser desenhadas, com certeza que procuraremos encontrar as plataformas para que elas possam também ser avaliadas e enriquecidas com a participação de todos vós. É essa a nossa intenção, é essa a nossa forma de gerir o nosso Município. Todos ganhamos no momento em que estamos a viver, em estarmos mais próximos, em não estarmos a valorizar aquilo que nos divide, mas procurar aquilo que nos une. Os desafios que temos pela frente são desafios que têm confrontos a vários níveis e é importante que nesses confrontos estejamos nós mais próximos uns dos outros. Que haja de facto uma vontade do Município em resolver os problemas, todos ganharemos com isso e ganharão sobretudo com isso a nossa população. Continuaremos com certeza a intervir em relação aos problemas da habitação em todas as suas dimensões.

Na questão da habitação social, em relação às questões do arrendamento, em relação às questões do crédito associado à habitação, nada dessas matérias nos será estranha e procuraremos em relação a todos aqueles que têm problemas procurar respostas. Sendo o campo da habitação social aquele que para nós é prioritário, procuraremos reforçar a nossa intervenção nessa área, quer em relação aos bairros sociais que são da nossa responsabilidade e que já estão estabelecidos melhorando as condições de habitabilidade,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

quer aumentando a nossa oferta permitindo que todos os anos seja possível fazer entrega de novos fogos, seja naturalmente introduzindo processos de gestão que se revelam positivos como é o caso das Opções Participativas.

Em relação ao designado Plano de Emergência, há um reforço da verba de cem para duzentos mil euros, como provavelmente se deram conta. O desafio que está colocado a todos é como vamos gerir e utilizar esses duzentos mil euros. Não nos venham só dizer como é que vocês querem fazer? É como é que nós vamos fazer, porque até temos uma estrutura no Município que tem essa possibilidade de desenhar as soluções para utilizar essas verbas. Nós temos no nosso Concelho esses instrumentos. O nosso Município felizmente, podemos dizer assim, há muita coisa por fazer, mas calma, mas que não fizéssemos nenhum acréscimo em relação àquilo que já fizemos, já fazemos muito mais do que outros fazem. Já estamos muito próximo do topo se não estamos no topo daquilo que se faz o nosso País na área social. E vamos fazer mais, nós estamos contentes com aquilo que fazemos, mas acho que não devemos diminuir, não devemos desencorajar, não devemos desmotivar aqueles que fazem. Devemos encoraja-los a continuar a fazer, aumentando sim o nível de exigência. E obrigado pelas chamadas de atenção, mas nunca intervir de uma forma que leve ao desânimo, ao descrédito e enfim à divisão numa área em que é fundamental que estejamos também mais próximos uns dos outros.

A questão das Augis, naturalmente que tudo aquilo que seja possível realizar pela nossa parte, nós fazemos. Nós, todos os processos de Augis que estejam em fase de desenvolvimento, nós fazemos tudo para que eles sejam finalizados. E procuraremos ajudar a resolver naquilo tudo que estiver ao nosso alcance. Os problemas internos por vezes nas Augis são o principal obstáculo à sua concretização. Infelizmente também conheço essas situações, e sei que por vezes também existe essa dificuldade. Também existem por vezes as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

situações em que haja quem viva da manutenção das Augis. Nós podemos não ter instrumentos para ultrapassar essas dificuldades, podemos nós o Município não ter, mas temos o nosso dever político de ajudar a superar esses problemas. E temos naturalmente também que ter a coragem de resolver os problemas urbanísticos que estão criados e que por vezes são insolúveis e que fazem com que as situações se arrastem à procura de um milagre que resolva aquele problema. Porque aquilo fere os interesses de algumas famílias e nós sabemos que fere os interesses de algumas famílias e isso dificulta o encontrar de uma solução, e às vezes impede que se encontre essa solução, prejudicando depois centenas de fogos e de famílias. Mas o que é certo é que aquele problema está ali e aquele problema não tem solução e nós sabemos que estas situações existem e sabemos também que nem sempre há coragem para os resolver. Temos que ter a coragem para os resolver. Lamento, mas tem que ser assim, e lamento que tenhamos por vezes que tomar esse caminho.

Em relação às questões levantadas relacionadas com a ECALMA, e as questões da regularização do trânsito em Almada. Portanto, é nosso propósito, como já foi dito noutras ocasiões, rever o regulamento e naturalmente aproveitar todo o potencial que temos de intervenção nessa área, com a componente pedagógica, mas também naturalmente mantendo a componente disciplinadora. Desculpem que vos diga, o que nos está a chegar agora não é a intervenção repressiva da ECALMA, o que nos está a chegar agora é a falta de intervenção repressiva da ECALMA. É preciso olharmos para isto, é preciso que os nossos cidadãos, e os nossos cidadãos que se deslocam de forma motorizada respeitem os outros, respeitem os peões. E o clima que se criou em torno da ECALMA também não está favorável à estabilização da situação. Todos temos um dever cívico nesta matéria. Todos temos um dever cívico nesta matéria e aquilo que nos chaga atualmente são as queixas dos moradores, dos residentes, dos comerciantes relacionados com abusos, porque param em cima do passeio,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

porque bloqueiam a saída dos outros, porque estacionam em segunda fila, porque não deixam passar o autocarro... Estamos a ficar cheios de queixas, aquelas coisas que vieram muito em determinada altura, agora as coisas parecem vir ao contrário. Nós precisamos de estabilizar isso, temos a oportunidade com a discussão de uma alteração ao regulamento de desenvolver um debate mais amplo em torno do regulamento para que depois possamos introduzir um novo regulamento, poderemos introduzir um novo regulamento que corresponda melhor às nossas necessidades. Esperamos de todos a vossa contribuição nesse sentido.

Só dois apontamentos muito breves em relação à baixa das taxas para as famílias numerosas em trinta por cento, como não foi dito que “nem pensar nisso, não é assim” o que foi dito aliás, como em relação a outras coisas, é que nós não temos contas feitas sobre isso. Nós não podemos estar a acolher uma coisa, vamos baixar trinta por cento às famílias numerosas sem saber o que é que isso significa, como é que isso se vai fazer. É uma ação que não está completamente posta de lado, aliás tivemos ocasião de dizer nessa mesma altura que em relação à utilização do parque de piscinas por exemplo, um dos problemas que temos e acho que é normal que o diga aqui, é que o parque de piscinas esteja junto a uma área com muitas famílias carenciadas e que essas famílias carenciadas que vivem junto à piscina tenham dificuldades económicas para poder utilizar a piscina. Esse é um problema e vamos ter que resolver esse problema, também poderemos resolver eventualmente o problema das famílias numerosas, mas é preciso fazer contas, é preciso ver como é que se faz, naturalmente terão a nossa disponibilidade para aceitar sugestões que nos ajudem a encontrar a melhor solução.

E ficava-me por aqui porque há muitas matérias que são motivo de reflexão, são motivo de que poderão vir até a ser acolhidos em termos das ações a desenvolver.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A questão do Metro é um erro, nós procuramos fazer nas várias revisões, evitar isso e poder ter ficado cortada em qualquer momento ou por qualquer razão, não coincidiu nos dois lados. Portanto lamento, pedimos desculpa por isso.

Em relação às componentes participativas, já disse, é nosso interesse mantermos aquilo que em termos programáticos apresentámos aos cidadãos durante o período eleitoral e que ficou consagrado no programa, seja no que diz respeito às comissões dinamizadoras a nível das onze Freguesias, seja em relação ao Congresso Almada, seja em relação ao debate com as populações sobre as matérias que tenham interesse em cada momento.

E agora da minha parte não há mais nada, é aos Srs. Deputados votarem e votarem em consciência.”

- 7 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na terceira reunião a realizar dia 20 de dezembro.
- 8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Mara Andreia Gonçalves Figueiredo Vitorino; Maria Teodolinda Monteiro Silveira; Francisca Luís Baptista Parreira; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; António José Pinho Gaspar Neves; Francisco Miguel Pereira Cardina.
- 9 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, das Sr.^{as} Juristas Fábria Mateus e Maria João Carvalho de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de vinte e um Srs. Múncipes.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 10 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H40 do dia 20 de dezembro de 2013.
- 12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O

PRESIDENTE _____

—

A 1ª

SECRETÁRIA _____

A 2ª

SECRETÁRIA _____